



SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) N° 35, DE 2026

(n° 590/2026, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea “a”, e do art. 111-A, inciso II, da Constituição Federal, o nome do Senhor Sérgio Torres Teixeira, para exercer o cargo de Ministro do Tribunal Superior do Trabalho.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

MENSAGEM Nº 590

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso III, alínea “a”, e do art. 111-A, inciso II, da Constituição, submeto à consideração de Vossas Excelências o nome do Senhor SERGIO TORRES TEIXEIRA, Juiz do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, com sede na cidade de Recife, Estado de Pernambuco, para exercer o cargo de Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, na vaga decorrente da aposentadoria da Ministra Dora Maria da Costa.

Brasília, 7 de julho de 2026.



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil

OFÍCIO Nº 664/2026/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

A sua Excelência a Senhora
Senadora Daniella Velloso Borges Ribeiro
Primeira Secretária
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhora Primeira Secretária,

Encaminho Mensagem na qual o Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor SERGIO TORRES TEIXEIRA, Juiz do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, com sede na cidade de Recife, Estado de Pernambuco, para exercer o cargo de Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, na vaga decorrente da aposentadoria da Ministra Dora Maria da Costa.

Atenciosamente,

MIRIAM BELCHIOR
Ministra de Estado



Documento assinado eletronicamente por **Miriam Belchior, Ministra de Estado da Casa Civil da Presidência da República**, em 08/07/2026, às 14:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **7701890** e o código CRC **A9B795FD** no site:

https://protocolo.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00333.002546/2026-81

SEI nº 7701890

Palácio do Planalto - 4º andar - Sala: 426 - Telefone: 61-3411-1121

CEP 70150-900 - Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>



Documento assinado digitalmente
SERGIO TORRES TEIXEIRA
Data: 29/05/2026 20:55:03-0300
Verifique em <https://validar.itj.gov.br>





Documento assinado digitalmente

SERGIO TORRES TEIXEIRA

Data: 29/05/2026 20:55:03-0300

Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Sergio Torres Teixeira

Curriculum Vitae
(Resumido)

2026



Sergio Torres Teixeira

CURRICULUM VITAE Sergio Torres Teixeira

E-mail: sergio.torres@trt6.jus.br

Telefone: +55 81 9 9148-1890

SUMÁRIO

1. Elementos de Identificação Pessoal	4
2. Elementos de Formação Acadêmica	4
3. Elementos de Atuação Profissional e de Atuação em Comitês, Comissões, Conselhos Institucional, Grupos de Trabalho e Academias	5
4. Elementos de Carreira Funcional na Magistratura	7
5. Elementos de Atuação na Docência Superior	9
6. Elementos de Atuação em Escolas Judiciais e Escolas da Magistratura	11
7. Elementos de Cursos de Formação em Escolas Judiciais	20
8. Elementos de Aprovação em Concursos Públicos	25
9. Elementos de Produção Literária (Publicação de Livros, Capítulos de Livros e Artigos Doutrinários)	26
10. Elementos de Atuação em Bancas Examinadoras de Concursos Públicos ..	48
11. Elementos de Atuação em Bancas Examinadoras de Títulos Acadêmicos ...	50
12. Elementos de Participação em Conselhos Editoriais de Publicações	50
13. Elementos de Participação em Academias Oficiais	51
14. Elementos de Participação em Diretorias da AMATRA	52
15. Elementos de Prêmios, Comendas e Homenagens Recebidas	52

1. Elementos de Identificação Pessoal

1.1 Nome: Sergio Torres Teixeira

1.2 Dados Biográficos Básicos:

1.2.1 Data de Nascimento: informações pessoais

1.2.2 Naturalidade: informações pessoais

1.2.3 Nacionalidade: Brasileiro

1.2.4 Filiação:

a) Mãe: informações pessoais

b) Pai: informações pessoais

1.2.5 Estado Civil: Casado

1.2.6 Cônjuge: informações pessoais

1.2.7 Filhos:

a) informações pessoais

b) informações pessoais

c) informações pessoais

2. Elementos de Formação Acadêmica Superior

2.1 Bacharelado: Bacharel em direito pela Universidade Católica de Pernambuco - UNICAP, em junho de 1990 (Laureado da turma com média final de 9,31)

2.2 Pós-Graduação Lato Sensu: Especialista em Direito Público pela Universidade Católica de Pernambuco - UNICAP, 1992

2.3 Pós-Graduação Lato Sensu: Especialista em Direito do Trabalho pela Universidade Católica de Pernambuco - UNICAP, 1993

2.4 Mestrado em Direito: Mestre em Direito Público pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, 1997

2.5 Doutorado em Direito: Doutor em Direito Público pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, 2004

3. Elementos de Atuação Profissional e de Atuação em Comitês, Comissões, Conselhos Institucional, Grupos de Trabalho e Academias

Atuação como Advogado

- Advogado autônomo (OAB/PE n. 11.895), com militância na área trabalhista (entre julho de 1990 e agosto de 1991)

Atuação como Juiz do Trabalho

- Juiz do Trabalho Substituto perante o Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (Minas Gerais): 1991
- Juiz do Trabalho Substituto perante o Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região (Pernambuco): 1992 a 1993
- Juiz Presidente da Junta de Conciliação e Julgamento: Palmares (1992-1993), Cabo de Santo Agostinho (1994-1997) e Jaboatão dos Guararapes (1997-2000)
- Juiz Titular de Vara: Jaboatão dos Guararapes (2000 a 2013)
- Desembargador do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região: desde 2013
- Desembargador Convocado para o Tribunal Superior do Trabalho: 2021

Atuação como Integrante de Comissões e Grupos Técnicos no Âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região – TRT6

- Integrante da Comissão de segurança Permanente do TRT6: 2015 a 2017
- Integrante da Comissão do Regimento Interno do TRT6: 2017 a 2019
- Coordenador do Grupo Técnico do Subcomitê de Inovação do TRT6: 2023 até a presente data
- Membro do Centro de Inteligência do TRT6: 2023 a 2025
- Vice-Coordenador do Comitê de Orçamento e Finanças do TRT6: 2023 a 2025
- Coordenador da Comissão de Precedentes e Ações Coletivas do TRT6: 2023 a 2025

Integrante do Comitê Científico de Assessoramento à Pesquisa da ENAMAT:

2022 até a presente data

Membro de Grupo Decisório do Centro Nacional de Inteligência da Justiça do Trabalho (CNIJT):

2025 até a presente data

Membro de Grupos de Trabalho no Conselho Nacional de Justiça:

- Coordenador do Grupo de Trabalho para Auxiliar a Comissão Permanente de Democratização e Aperfeiçoamento dos Serviços Judiciários:
2025 até a presente data
- Integrante da Equipe Responsável pela Coordenação do Programa Nacional de Execução Efetiva, no âmbito da Corregedoria Nacional de Justiça:
de 2026 até a presente data

Membro da Comissão de Especial da Verdade Sobre a Escravidão Negra no Brasil da OAB/PE:

2022 até a presente data

Professor Titular do Curso de Direito da Universidade Católica de Pernambuco:

Admissão em agosto de 1992, atuando até a presente data

Professor Associado da Faculdade de Direito do Recife, da Universidade Federal de Pernambuco:

Posse original em 1995, após aprovação em 1º lugar em concurso público de provas e títulos, atuando até a presente data

Professor/Instrutor da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho – ENAMAT, da Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – ENFAM, de Escolas Judiciais de **23 TRTs**, de Escolas Judiciais de **4 TJs** e da Escola Judicial do TRF5.

Conclusão de mais de **40** Cursos de Formação Continuadas e mais de **5** Cursos de Formação de Formadores pela ENAMAT e ENFAM

Autor de **124** Artigos Científicos Publicados em Revistas Especializadas e de Mais de **95** Capítulos de Livros

Autor de **7** livros e Organizador de mais de **40** Obras de Coletâneas de Textos

Membro do Conselho Editorial de **15** Revistas Especializadas

Membro de mais de **30** Bancas Examinadoras de Concursos Públicos

Membro de **235** Bancas Examinadoras de Dissertações de Mestrado e de **70** Bancas Examinadoras Teses de Doutorado em Direito

Membro da Academia Brasileira de Direito do Trabalho - ANDT, eleito em 2008 para ocupar a cadeira de número 33 e atual **Presidente**

Membro da Academia Pernambucana de Direito do Trabalho, sendo membro fundador e ocupante da cadeira de número 02, atualmente exercendo a **vice-presidência da academia**

Membro da **Academia Pernambucana de Letras Jurídicas:**
Desde 2021

Membro do **Instituto Pernambucano de Direito do Trabalho:**
Desde 1995

Membro do **Instituto Ítalo-Brasileiro de Direito do Trabalho**, sendo **membro fundador:**
Desde 2001

Membro do **Instituto Brasileiro de Direito Processual:**
Desde 2011

Membro do **Associação Brasileira de Direito Processual:**
Desde 2016

Membro da **Academia Luso-Brasileira de Ciências Jurídicas:**
Sendo membro fundador, desde 2016

Membro da **Academia Olindense de Direito:**
Sendo membro fundador, desde 2017

Membro da **Academia Brasileira de Meios Adequados de Solução de Conflitos:**
Sendo membro fundador, desde 2018

Membro do **Instituto Iberoamericano de Derecho Procesal:**
Sendo membro fundador, desde 2023

Títulos de **Parainfo, Patrono e Professor Homenageado** de Turmas de Formandos em Cursos de Graduação e Pós-Graduação em Direito: **mais de 150 (cento e cinquenta) homenagens de tal natureza**

4. Elementos de Carreira Funcional na Magistratura

4.1 Atuação como Juiz do Trabalho Substituto perante o Tribunal Regional do Trabalho da 3a Região (Minas Gerais):

4.1.1 Posse em 14 de outubro de 1991, após aprovação em concurso público de provas e títulos

4.1.2 Atuação como juiz auxiliar perante a 11a Junta de Conciliação e Julgamento de Belo Horizonte/ME de outubro a dezembro de 1991

4.2 Atuação como Juiz do Trabalho Substituto perante o Tribunal Regional do Trabalho da 6a Região (Pernambuco):

4.2.1 Posse em 08 de janeiro de 1992, após processo de permuta

4.2.2 Atuação como juiz substituto em exercício da presidência e como juiz auxiliar de várias Juntas de Conciliação e Julgamento do Recife, até outubro de 1992

4.3 Atuação como Juiz Presidente da Junta de Conciliação e Julgamento de Palmares/PE, com posse em outubro de 1993, após promoção, por merecimento, para cargo de Juiz Presidente, até abril de 1994

4.4 Atuação como Juiz Presidente da Junta de Conciliação e Julgamento do Cabo de Santo Agostinho/PE, com posse em abril de 1994, após remoção (a pedido), até abril de 1997

4.5 Atuação como Juiz Titular da 2a Vara do Trabalho de Jaboatão dos Guararapes/PE:

4.5.1 Posse como Juiz Presidente da então 2ª Junta de Conciliação e Julgamento de Jaboatão dos Guararapes/PE em 23 de abril de 1997, após remoção (a pedido)

4.5.2 Atuação como Diretor de Fórum e Juiz Distribuidor em diversos períodos entre 1998 e 2012

4.6 Atuação como Juiz Convocado para Compor o Tribunal Regional do Trabalho da 6a Região:

4.6.1 Convocado pela primeira vez no ano de 2000, para atuar no gabinete reservado ao Desembargador oriundo do Quinto Constitucional (advocacia)

4.6.2 Últimas convocações nos anos de 2012 e 2013, convocado pelo critério de merecimento para atuar no Gabinete da Desembargadora Valéria Gondim e no Gabinete da Desembargadora Dione Furtado, entre julho e outubro de 2012, e no Gabinete da Desembargadora Socorro Emereciano, em fevereiro a março de 2013

4.7 Atuação como Desembargador do Tribunal Regional do Trabalho da 6a Região – TRT6:

4.7.1 Promovido, pelo critério de merecimento, a desembargador do TRT6 em 16 de abril de 2013

4.7.2 Integrante da 1ª Turma do TRT6 entre 16 de abril de 2013 a 07 de fevereiro de 2023

4.7.3 Integrante da Seção Especializada em Dissídios Individuais I do TRT6 desde novembro de 2020

4.7.4 Integrante da Seção Especializada em Dissídios Individuais II do TRT6 entre 08 de fevereiro de 2023 e 08 de fevereiro de 2025

4.7.5 Integrante da 2ª Turma do TRT6 desde 09 de fevereiro de 2025

4.7.6 Atuação em Comissões Institucionais do TRT6:

- a) Integrante da Comissão de Segurança Permanente do TRT6, entre maio de 2015 e fevereiro de 2017
- b) Integrante da Comissão de Vitaliciamento, entre maio de 2017 e fevereiro de 2019
- c) Integrante e Coordenador do Grupo Técnico do Subcomitê de Inovação do TRT6, de fevereiro de 2023 a fevereiro de 2025
- d) Membro do Centro de Inteligência do TRT6, no biênio 2023-2025
- e) Vice-Coordenador do Comitê de Orçamento e Finanças do TRT6, no biênio 2023-2025
- f) Coordenador da Comissão de Precedentes e Ações Coletivas do TRT6, no biênio 2023-2025
- g) Integrante e Vice-Coordenador do Grupo Técnico do Subcomitê de Inovação do TRT6, desde março de 2025

4.8 Atuação nos Centros Judiciais de Solução Consensual de Conflitos do TRT6

- a) Coordenador dos CEJUSCs do TRT6 no biênio 2023-2025

4.9 Atuação na Mesa Gestora do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª região – TRT6:

- a) Vice-Presidente do TRT6 de 08 de fevereiro de 2023 a 08 de fevereiro de 2025

4.8 Atuação como Desembargador Convocado pelo Tribunal Superior do Trabalho:

- a) Convocado para atuar na 2ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho entre abril e junho de 2021

5. Elementos de Atuação na Docência Superior

5.1 Professor Titular do Curso de Direito da Universidade Católica de Pernambuco:

5.1.1 Admissão em agosto de 1992, desde agosto de 2024 ocupando o cargo de Professor Titular

5.1.2 Lecionando no Curso de Graduação em Direito, desde 1992, as disciplinas de Direito do Trabalho, Direito Processual do Trabalho, Prática Jurídica Trabalhista e Orientação de Monografia

5.1.3 Lecionando nos Cursos de Pós-Graduação lato sensu (Especialização) em Direito do Trabalho e em Direito Processual Civil, desde 1992, as disciplinas Direito Processual do Trabalho, Teoria Geral do Processo e Processo Cautelar

5.1.4 Lecionando no Curso de Mestrado em Direito, desde 2006, a disciplina Teoria do Processo

5.1.5 Lecionando no Curso de Doutorado em Direito, desde 2016, a disciplina Humanismo, Processo e Dimensões de Acesso à Justiça

5.2 Professor Associado da Faculdade de Direito do Recife, da Universidade Federal de Pernambuco:

5.2.1 Posse no cargo de professor auxiliar, em novembro de 1995, após aprovação em 1º lugar em concurso público de provas e títulos

a) promoção para o cargo de professor assistente em 1998

b) promoção para o cargo de professor adjunto em 2004

c) promoção para o cargo de professor associado em 2021

d) atualmente ocupando o cargo de Professor Associado IV

5.2.2 Lecionando no Curso de Graduação em Direito, desde 1996, as disciplinas de Direito Processual do Trabalho e Teoria Geral do Processo

5.2.3 Lecionando nos Cursos de Pós-Graduação lato sensu (Especialização) em Direito do Trabalho, em Direito Processual Civil e em Direito Administrativo, desde 1999, as disciplinas Direito Processual do Trabalho, Teoria Geral do Processo, Tutela Provisória e Regime Jurídico dos Servidores Públicos

5.2.4 Lecionando nos Cursos de Mestrado e de Doutorado em Direito, desde 2005, a disciplina Garantias Constitucionais do Processo e Instrumentalidade Processual

5.2.5 Atuação como coordenador dos Cursos de Pós-Graduação lato sensu em Direito do Trabalho e em Direito Processual Civil, durante o período de 1999 e 2003, e do Curso de Pós-Graduação em Direito Processual Civil Contemporâneo, desde 2015

5.2.6 Atuação como orientador de Grupos de Pesquisa envolvendo os temas Acesso à Justiça, Novos Instrumentos Processuais no CPC de 2015 e Sistemas de Precedentes Judiciais

6. Elementos de Atuação em Escolas Judiciais e Escolas da Magistratura

6.1 Atuação no (Antigo) Centro de Capacitação e Informática do Tribunal Regional do Trabalho da 6a Região:

6.1.1 Instrutor em Cursos de Preparação ao Exercício da Magistratura, de 1995 a 1999

6.1.2 Instrutor do Curso de Reciclagem para Assistente de Juiz, em 1996

6.1.3 Instrutor em Cursos de Atualização em Direito do Trabalho e em Direito Processual do Trabalho, de 1995 a 2000

6.1.4 Instrutor no Curso de Cálculos Trabalhistas, em 1998

6.1.5 Palestrante em Semanas de Atualização em Processo Trabalhista, de 1995 a 2000

6.1.6 Palestrante em Treinamentos de Ambientação para Novos Servidores, de 1995 a 2000

6.2 Atuação na Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 6a Região (Pernambuco):

6.2.1 Instrutor em Cursos de Formação Inicial de Magistrados, desde 2010

6.2.2 Instrutor em Cursos integrantes de Módulos Concentrados de Aperfeiçoamento de Magistrados, desde 2010

6.2.3 Palestra Técnica da Sentença Trabalhista, ministrada no Curso Elaboração de Minuta de Sentença, promovida pela Escola Judicial do TRT6, ministrada no dia 22 de abril de 2014

6.2.4 Curso Antecipação de Tutela: o Ontem, o Hoje e o Amanhã, promovido pela Escola Judicial do TRT6, ministrado nos dias 09, 11, 18, 23 e 25 de setembro de 2014

6.2.5 Palestra Repercussões no Novo Código de Processo Civil no o Processo do Trabalho, promovida pela Escola Judicial do TRT6, ministrada no dia 23 de outubro de 2014

6.2.6 Curso O Novo CPC e sua Aplicação no Processo do Trabalho, promovido pela Escola Judicial do TRT6, ministrado no dia 22 de outubro de 2015

6.2.7 Palestra O Novo CPC, promovida pela Escola Judicial do TRT6, ministrada no dia 17 de maio de 2016

6.2.8 Instrutor em Vídeo Aulas sobre Impactos do CPC de 2015 no Processo do Trabalho, gravadas em 2016

6.2.9 Curso Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas e Incidentes de Assunção de Competência, promovido pela Escola Judicial do TRT6, ministrado em 04 de maio de 2017

6.2.10 Curso Uniformização Jurisprudencial e Sistema de Precedentes à Luz do Novo CPC: formação, aplicação e superação dos precedentes judiciais, promovido pela Escola Judicial do TRT6, ministrado em 27 de junho de 2017

6.2.11 Palestra Precedentes Jurisprudenciais do TRT6, na 4ª Jornada Institucional da Escola Judicial do TRT6, em 16 de janeiro de 2020

6.2.12 Palestra A Transição de um Modelo Inquisitorial/Adversarial para um Sistema Cooperativo/Dialógico no Processo Judicial Brasileiro, em 23 de março de 2021

6.2.13 Palestra Crowdfunding, na 9ª Jornada Institucional da Escola Judicial do TRT6, ministrada em 17 de agosto de 2022

6.2.14 Palestra Privacidade nas Relações de Trabalho, no 1º Colóquio Brasil-Itália de Direito do Trabalho: a evolução do Direito do Trabalho no Quadro de Transição Digital, promovido pela Escola Judicial do TRT6, ministrada em 26 de agosto de 2024

6.2.15 Palestra As Normas de Proteção do Trabalhador e a Tutela Jurisdicional em Portugal e no Brasil, no I Colóquio Luso-Brasileiro sobre Prevenção e Reparação de Acidentes de Trabalho, em 07 de novembro de 2024

6.3 Atuação na Escola Superior da Magistratura do Trabalho da 6ª Região - ESMATRA 6 (Pernambuco) - Escola Associativa conveniada com o TRT da 6ª Região:

6.3.1 Professor do Curso de Preparação à Magistratura do Trabalho, lecionando as disciplinas de Direito Processual do Trabalho I e Direito Processual do Trabalho II, desde 1998

6.3.2 Coordenador Científico dos Cursos de Preparação à Magistratura do Trabalho e dos Cursos de Pós-Graduação em Direito promovidos pela ESMATRA 6, desde 1998

6.3.3 Vice-Diretor da Escola Superior da Magistratura do Trabalho da 6ª Região, de 1998 a 2000

6.3.4 Diretor da Escola Superior da Magistratura do Trabalho da 6ª Região, desde outubro de 2012

6.4 Atuação na Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (Rio de Janeiro):

6.4.1 Palestra Vias Alternativas à Jurisdição Contenciosa da Justiça do Trabalho: reforma trabalhista e novas fórmulas de acesso à justiça, ministrada no Seminário Internacional Ítalo-Brasileiro O Direito do Trabalho em Transformação, da EJUD1, em 23 de março de 2018

6.4.2 Palestra Sistema Multiportas, Meios Consensuais e Solução de Conflitos Trabalhistas, ministrada em 14 de agosto de 2020

6.4.3 Palestra ADPF 944 – ACPU e Dano Moral Coletivo, em 25 de novembro de 2024

6.5 Atuação na Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 2a Região (São Paulo):

6.5.1 Palestra Utilização do Incidente de Assunção de Competência como Prevenção de Divergência Jurisprudencial, nas III Jornadas Brasileiras de Direito Processual do Trabalho: precedentes vinculantes no processo do trabalho, promovido pelo Instituto Brasileiro de Direito Processual e a Escola Judicial do TRT2, e, 05 de novembro de 2021

6.5.2 Palestra Discriminação nas Relações de Trabalho por Motivo Regional, no 10º Ciclo de Formação Continuada para Magistrados do TRT2, em 09 de agosto de 2023

6.6 Atuação na Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 3a Região (Belo Horizonte):

6.6.1 Palestra Impactos das Inovações Tecnológicas nas Relações de Trabalho, no Seminário Sociedade Digital: ética, trabalho e jurisdição, em 25 de novembro de 2022

6.6.2 Palestra A Tecnologia Não É Neutra: inteligência artificial e discriminação, na 6ª Semana de Formação de Magistrados do TRT-MG, em 06 de novembro de 2023

6.7 Atuação na Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 4a Região (Rio Grande do Sul):

6.7.1 Palestra sobre Precedentes Vinculantes, na IV Jornada sobre o Novo CPC e Precedentes, realizada pela Escola Judicial do TRT4, ministrada em 01 de setembro de 2016

6.8 Atuação na Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 5a Região (Bahia):

6.8.1 Curso Proteções Constitucionais Contra a Despedida Arbitrária ou Sem Justa Causa, ministradas nos dias 25 e 26 de julho de 2008, com carga horária de 08 h/a

6.8.2 Curso Proteções Constitucionais Contra a Despedida Arbitrária ou Sem Justa Causa, ministradas nos dias 19 e 20 de março de 2010, com carga horária de 08 h/a

6.8.3 Palestra Cessação do Contrato de Emprego: Questões Controvertidas, ministrada no dia 18 de maio de 2012

6.8.4 Curso sobre Tutelas de Urgência, realizada pela Escola Judicial do TRT5, ministrado em 28 de julho de 2014

6.8.5 Curso Fundamentação da Decisão Trabalhista e o Novo CPC, na Primeira Semana de Formação Continuada, organizada pela Escola Judicial do TRT5, ministrado em 16 de março de 2016

6.8.6 Palestra Sistema de Precedentes Judiciais, ministrada no 5º Encontro Institucional da Magistratura Trabalhista da Bahia, organizada pela Escola Judicial do TRT5, ministrada em 03 de agosto de 2016

6.9 Atuação na Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região (Ceará):

6.9.1 Curso sobre Antecipação da Tutela no (Projeto de) Novo CPC, realizada pela Escola Judicial do TRT7, ministrado nos dias 04 e 05 de setembro de 2014

6.9.2 Curso sobre Incidentes de Interesses Transindividuais: o Incidente de Assunção de Competência (IAC) e o Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) à luz do Novo CPC e da Instrução Normativa 39 do TST, realizada pela Escola Judicial do TRT7, ministrado nos dias 04 e 05 de agosto de 2016

6.9.3 Palestra A Jurisdição Voluntária na Justiça do Trabalho, no Congresso Luso-Brasileiro de Direito do Trabalho, ministrada em 10 de maio de 2018

6.9.4 Palestra O Impacto da Revolução Tecnológica 4.0 nas Relações de Trabalho: autonomia x subordinação, no II Seminário de Direito Material e Processual do Trabalho do Cariri, promovido pela Escola Judicial do TRT7, ministrada em 18 de abril de 2024

6.10 Atuação na Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região (Pará e Amapá):

6.10.1 – Palestra Jurisdição e Telepresencialidade: mais do mesmo ou mudança paradigmática?, no 2º Simpósio Internacional da EJUD8: sociedade, tecnologia e jurisdição trabalhista, ministrada em 18 de agosto de 2022

6.11 Atuação na Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região (Brasília/DF):

6.11.1 Palestra sobre Novo CPC e seus Reflexos sobre o Processo do Trabalho, no Seminário de Formação Continuada para Magistrados do TRT da 10ª Região, ministrada no dia 13 de novembro de 2015

6.11.2 Curso Oficina sobre o Novo CPC para Magistrados, promovido pela Escola Judicial do TRT10, ministrado nos dias 18 e 19 de janeiro de 2016

6.11.3 Palestra sobre Visual law – decisões empáticas, ministrada em 06 de outubro de 2021

6.12 Atuação na Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região (Amazonas e Roraima):

6.12.1 Palestra A Magistratura e o Fortalecimento da Justiça Social, na XXI Jornada Institucional dos Magistrados do Trabalho da 11ª Região, ministrada em 14 de outubro de 2024

6.13 Atuação na Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região (Santa Catarina):

6.13.1 Palestra Visual Law: comunicação, tecnologia e novas dimensões, ministrada em 20 de agosto de 2021

6.14 Atuação na Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região (Paraíba):

6.14.1 Palestra As Repercussões de um Novo Código de Processo Civil na Sociedade Contemporânea, no XIV SEMAJUD (Semana do Judiciário, promovido pela Escola Judicial do TRT13, ministrada em 29 de outubro de 2014

6.14.2 Curso Tutela Provisória do Novo Código de Processo Civil, promovido pela Escola Judicial do TRT13, ministrado no dia 14 de maio de 2015

6.14.3 Curso Impactos da Tutela Provisória do Novo Código de Processo Civil no Procedimento Trabalhista, promovido pela Escola Judicial do TRT13, ministrado no dia 14 de maio de 2015

6.14.4 Palestra Técnica de Hermenêutica na Reconstrução do Processo do Trabalho: interpretação conforme a Constituição no Novo CPC, no seminário Impactos do Novo CPC no Processo do Trabalho, ministrada em 19 de novembro de 2015

6.14.5 Palestra Competências e Qualidade em Processos Autocompositivos, no I Curso de Formação Inicial em Conciliação e Mediação do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, ministrada em 25 de abril de 2018

6.14.6 Palestra Sistema Brasileiro de Precedentes Judiciais, na II Jornada de Formação Continuada – Reforma Trabalhista, ministrada em 07 de junho de 2019

6.14.7 Curso Práticas Discriminatórias e Proteção da Relação de Emprego, de 20 h/a, ministrada de 19 a 30 de agosto de 2021

6.14.8 Palestra Segurança do Trabalho e Novas Tecnologias, ministrada em 05 de abril de 2024

6.15 Atuação na Escola Superior da Magistratura da 13ª Região - ESMAT 13 (Paraíba), Escola Associativa conveniada como o Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região (Resolução 067/1997 do TRT da 13ª Região):

6.15.1 Instrutor do Curso de Preparação à Magistratura do Trabalho, lecionando a disciplina Prática Judicante e Técnica de Sentença, de 2004 a 2006

6.15.2 Professor do Curso de Pós-Graduação lato sensu em Direito Material e Processual do Trabalho, lecionando as disciplinas Decisão e Ação Rescisória e Tutela de Urgência e Assuntos Afins, desde 2007

6.16 Atuação na Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região (Rondônia e Acre):

6.16.1 Palestra Entre John Antioco e Reed Hastings: o dilema futurístico da magistratura e dos demais profissionais do direito, no XXX Encontro Institucional da Justiça do Trabalho, ministrada em 11 de novembro de 2021

6.16.2 Palestra O Futuro da Conciliação no Contexto Digital, no Seminário Tecnologia e Inovações na Conciliação Trabalhista. Ministrada em 17 de maio de 2024

6.17 Atuação na Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 15a Região (Campinas/SP)

6.17.1 Palestra Novo CPC e o Processo do Trabalho, no seminário O Novo Código de Processo Civil, promovido pela Escola Judicial do TRT15, ministrada no dia 16 de outubro de 2015

6.18 Atuação na Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 16a Região (Maranhão)

6.18.1 Curso Antecipação de Tutela – o Ontem, o Hoje e o Amanhã, na 2ª Semana de Formação de Magistrados, promovido pela Escola Judicial do TRT16, ministrado em 17 de outubro de 2014

6.19 Atuação na Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 17a Região (Espírito Santo)

6.19.1 Curso Tecnologia e Inteligência Artificial, ministrado em 12 de abril de 2024

6.20 Atuação na Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 18a Região (Goiás)

6.20.1 Palestra Hermenêutica Processual à Luz do Projeto de um Novo Código de Processo Civil, no Curso de Ciclo de Estudos sobre Direito do Trabalho e Processo do Trabalho (Formação Continuada de Magistrados), promovido pela Escola Judicial do TRT15, ministrada no dia 03 de agosto de 2012

6.20.2 Palestra O Futuro do Trabalho e o Trabalho do Futuro, no 4º Encontro Institucional de Magistrados – Alteridade e Autoridade: desafios e perspectivas da Justiça Social no futuro, em 12 de novembro de 2019

6.21 Atuação na Escola Judicial da 19a Região (Alagoas):

6.21.1 Curso Sistema Recursal no Processo Trabalhista, promovido pela Escola Judicial do TRT19, ministrado nos dias 12 a 14 de novembro de 1998

6.21.2 Curso Temas Atuais de Direito Processual do Trabalho, promovido pela Escola Judicial do TRT19, ministrado nos dias 06 e 07 de maio de 2004

6.21.3 Curso Evolução do Modelo Processual Brasileiro: a tutela de urgência antecipada e tutela de evidência no projeto de novo código de processo civil (Projeto de Lei nº 166/2010), promovido pela Escola Judicial do TRT19, ministrado nos dias 02 e 03 de fevereiro de 2012

6.22 Atuação na Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região (Sergipe):

6.22.1 Palestra Repercussões do Novo CPC, no VII Curso Intensivo de Formação Continuada para Magistrados do TRT da 20ª Região, promovido pela Escola Judicial do TRT20, ministrada no dia 04 de junho de 2014

6.22.2 Palestra Acesso à Justiça e Inovações no Processo do Trabalho, no XXIII Curso Intensivo de Formação Continuada para Magistrados, ministrada em 12 de maio de 2022

6.22.3 Palestra Crowdfunding, no XXIV Curso Intensivo de Formação Continuada para Magistrados do TRT da 20ª Região, ministrada em 20 de outubro de 2022

6.23 Atuação na Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região (Rio Grande do Norte):

6.23.1 Curso A Nova Reforma do Código de Processo Civil e sua Repercussão no Processo do Trabalho, promovido pela Escola Judicial do TRT21, ministrado nos dias 05 e 06 de junho de 2006

6.23.2 Curso Técnica da Sentença Trabalhista, promovido pela Escola Judicial do TRT21, ministrado no dia 08 de maio de 2008

6.23.3 Curso: Técnicas de Fundamentação da Decisão Judicial Trabalhista, promovido pela Escola Judicial do TRT21, ministrado em 12 maio de 2017

6.23.4 Curso Stare Decisis Brasiliensis: o sistema brasileiro de precedentes judiciais e seus reflexos na Justiça do Trabalho, ministrado em 20 de setembro de 2018

6.23.5 Curso Os Cinco Pilares do Novo Modelo Processual Civil e seus Reflexos no Processo do Trabalho, ministrado em 26 de julho de 2019

6.24 Atuação na Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região (Piauí):

6.24.1 Curso Antecipação de Tutela no Projeto de Novo CPC, promovido pela Escola Judicial do TRT22, ministrado em 26.09.2013

6.24.2 Palestra Novo CPC e Processo do Trabalho, na IX Semana de Formação Continuada do TRT22, promovida pela Escola Judicial do TRT22, no dia 24.08.2017

6.24.3 Palestra Visual Law e Decisões Judiciais, na XVIII Semana Institucional do TRT22, ministrada em 08 de abril de 2022

6.24.3 Palestra A Tecnologia Não É Neutra: inteligência artificial e discriminação, ministrada na XXI Semana Institucional do TRT22, no dia 28 de agosto de 2023
Escola Judicial do TRT23, no dia 28.09.2017

6.25 Atuação na Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região (Mato Grosso):

6.25.1 Palestra Reforma Trabalhista e Vias Alternativas à Justiça do Trabalho: arbitragem e mediação de conflitos trabalhistas segundo a Lei 13.467/2017, promovido pela Escola Judicial do TRT23, no dia 28.09.2017

6.26 Atuação na Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região (Mato Grosso do Sul):

6.26.1 Curso O Novo CPC e as Repercussões no Processo do Trabalho, de 07 h/a, promovido pela Escola Judicial do TRT24, ministrado em 21 de agosto de 2015

6.27 Atuação na Escola Judicial do Tribunal de Justiça de Pernambuco (ex- Escola Superior da Magistratura do Estado de Pernambuco - ESMAPE, Escola Oficial do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco):

6.27.1 Professor do Curso de Preparação à Magistratura, lecionando disciplinas de Direito Processual Civil, desde 2000

6.27.2 Professor de Cursos de Pós-Graduação lato sensu em Direito promovidos pela ESMAPE, lecionando disciplinas de Teoria Geral do Processo e Direito Processual Civil, desde 2010

6.27.3 Instrutor de Cursos Oficiais de Aperfeiçoamento de Magistrados, promovidos pela ESMAPE e reconhecidos pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados - ENFAM, desde 2008

6.28 Atuação na Escola Superior da Magistratura do Estado do Maranhão,

6.28.1 Curso Teoria Geral do Processo, promovido pela Escola Superior da Magistratura do Maranhão, ministrado nos dias 29 a 31 de julho de 2002.

6.29 Atuação na Escola Superior do Ministério Público do Maranhão

6.29.1 Curso Atualização em Direito Processual Civil, promovido pela Escola Superior do Ministério Público do Maranhão, ministrado nos dias 30 de julho e 13 de agosto de 2010.

6.30 Atuação na Escola Nacional da Magistratura do Trabalho da ENAMAT – ENAMATRA:

6.30.1 Palestra Jurisprudência Atualizada e o Direito Processual do Trabalho, no Curso de Formação Precedentes Vinculantes e Obrigatórios, em 11 de junho de 2024

6.31 Atuação no Conselho Nacional de Escolas de Magistratura do Trabalho - CONEMATRA:

6.31.1 Palestra Acesso à Justiça no Mundo Digital, na 71ª Assembleia Extraordinária e Reunião de Trabalho da CONEMATRA, ministrada em 09 de novembro de 2022

6.32 Atuação na Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho – ENAMAT:

6.32.1 Palestra O Novo CPC e os Impactos no Processo do Trabalho, no Curso de Formação Continuada, promovida pela ENAMAT, ministrada no dia 16 de setembro de 2014

6.32.2 Palestrante no painel O Novo CPC e o Processo do Trabalho, no 18º Curso de Formação Inicial da ENAMAT, em 23 de fevereiro de 2015

6.32.3 Instrutor do Módulo Técnica de Fundamentação da Decisão Judicial, no 20º Curso de Formação Inicial de Magistrados, ministrado em 2015

6.32.4 Instrutor do Módulo Técnica de Fundamentação da Decisão Judicial, no 21º Cursos de Formação Inicial de Magistrados, ministrado em 2016

6.32.5 Instrutor do Módulo Técnica de Fundamentação da Decisão Judicial, no 22º Cursos de Formação Inicial de Magistrados, ministrado em 2017

6.32.6 Instrutor do Módulo Fundamentação e Argumentação Jurídica das Decisões Judiciais, no 27º Curso de Formação Inicial, ministrado em maio de 2021

6.32.7 Instrutor do Módulo Homologação de Transação Judicial, no Seminário Internacional sobre Métodos Consensuais de Resolução de Disputas: a Justiça do Trabalho a serviço da paz, ministrado em 05 de outubro de 2022

6.32.7 Palestra Os Valores Sociais do Trabalho e da Livre Iniciativa e o Sistema Judicial no Direito Comparado, no Seminário Internacional Direitos Constitucionais e Relações de Trabalho: caminhos das Cortes Superiores para a Efetividade da Justiça Social, promovido pelo STF, TST e ENAMAT, em 02 de março de 2023

6.32.8 Debatedor no Seminário Caminhos para a Efetividade da Execução Trabalhista, em 31 de maio de 2023

6.32.9 Instrutor do Curso de Formação Continuada sobre O Instituto da Desconsideração da Personalidade na Execução Trabalhista, no período de 07 de agosto a 20 de setembro de 2023

6.32.10 Instrutor do Módulo Técnica de Decisão Judicial, no 28º Curso Nacional de Formação Inicial, com 21 h/a, ministrado entre 12 de agosto de 06 de setembro de 2024

6.32.11 Instrutor do Curso de Formação Continuada sobre Precedentes no Processo do Trabalho, de 30 h/a, no período de 29 de julho a 18 de setembro de 2024

6.32.12 Instrutor do Módulo Técnica de Decisão Judicial, no 29º Curso Nacional de Formação Inicial, com 21 h/a, ministrado entre 09 de setembro de 04 de outubro de 2024

6.32.13 Instrutor do Curso de Formação Continuada sobre Precedentes no Processo do Trabalho, de 40 h/a, no período de 16 de maio a 16 de julho de 2025

7. Elementos de Cursos de Formação de Escolas Judiciais

7.1 Cursos Oficiais promovidos pela Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 3a Região (Minas Gerais), concluídas na condição de aluno:

7.1.1 Curso de Preparação para o Exercício da Magistratura do Trabalho, de 14 a 16 de outubro de 1991

7.1.2 Curso Revisão de Teoria Geral do Processo, em dezembro de 1991

7.2 Cursos de Formação Continuada e Aperfeiçoamento de Magistrados, promovidos pela Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 6a Região, concluídos na condição de aluno:

7.2.1 Curso de Deontologia Jurídica, em 08 de março de 2009, com carga horária de 08 h/a

7.2.2 3º Módulo Concentrado de Aperfeiçoamento de Magistrados, de 07 a 11 de junho de 2010, com carga horária de 24,5 h/a

7.2.3 4º Módulo Concentrado de Aperfeiçoamento de Magistrados, de 22 a 28 de outubro de 2010, com carga horária de 10,5 h/a

7.2.4 6º Módulo Concentrado de Aperfeiçoamento de Magistrados, de 17 a 21 de outubro de 2011, com carga horária de 16,5 h/a

7.2.5 Curso Formação de Tutores em EAD (Educação a Distância), de 26 de setembro a 24 de outubro de 2011, com carga horária de 30 h/a

7.2.6 7º Módulo Concentrado de Aperfeiçoamento de Magistrados, de 21 a 25 de maio de 2012, com carga horária de 22,5 h/a

7.2.7 Curso Novos Temas da Execução Trabalhista, de 01 a 31 de agosto de 2012, com carga horária de 40 h/a

7.2.8 Curso Editor Estruturado de Voto no Processo Judicial Eletrônico para Desembargadores, no dia 19 de março de 2013, com carga horária de 02 h/a

7.3 Curso Ciclo de Estudos sobre Direito do Trabalho e Processo do Trabalho, promovido pela Escola Judicial do TRT da 18a Região (Goiás), no dia 03 de agosto de 2012, com carga horária de 07 h/a

7.4 Curso Inclusão e Acessibilidade no TRT do Paraná, promovido pela Escola Judicial do TRT da 9a Região (Paraná), no período de 17 de abril a 08 de maio de 2017, com carga horária de 20 h/a

7.5 Cursos de Formação Continuada e Aperfeiçoamento de Magistrados promovidos pela Escola Nacional de Aperfeiçoamento e Formação de Magistrados do Trabalho – ENAMAT:

7.5.1 Curso de Formação Continuada em Administração de Vara do Trabalho, Modalidade de Educação a Distância, promovido pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho – ENAMAT, de 13 de setembro a 06 de novembro de 2010, com carga horária de 40 h/a

7.5.2 Curso de Formação Continuada sobre Os Impactos do Novo Código de Processo Civil na Atuação dos Desembargadores e Tribunais Regionais do Trabalho, Modalidade de Educação a Distância, promovido pela ENAMAT, no período de 29 de setembro a 9 de novembro de 2016, com carga horária de 30 h/a

7.5.3 Curso Execução Trabalhista, Modalidade de Educação a Distância, promovido pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, de 20 de fevereiro a 3 de março de 2017, com carga horária de 10 h/a

7.5.4 Curso de Formação Continuada sobre Questões Penais na Justiça do Trabalho, Modalidade de Educação a Distância, promovido pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho – ENAMAT, de 28 de abril a 4 de junho de 2017, com carga horária de 30 h/a

7.5.5 Curso de Formação Continuada sobre Prova Pericial em Acidentes e Doenças Ocupacionais, Modalidade de Educação à Distância, promovido pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho – ENAMAT, no período de 04 de agosto a 24 de setembro de 2017, com carga horária de 30 h/a

7.5.6 Curso de Formação Continuada sobre Efetividade da Execução Trabalhista e Desconsideração da Personalidade Jurídica, Modalidade de Educação a Distância, promovido pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho – ENAMAT, no período de 06 de outubro a 19 de novembro de 2017, com carga horária de 30 h/a

7.5.7 Curso de Formação Continuada sobre A Reforma Trabalhista, Modalidade de Educação a Distância, promovido pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho – ENAMAT, de 26 de janeiro a 25 de fevereiro de 2018, com carga horária de 30 h/a

7.5.8 Curso de Formação Continuada sobre Técnica de Instrução Processual, Modalidade de Educação a Distância, promovido pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho – ENAMAT, de 21 de maio a 30 de junho de 2018, com carga horária de 30 h/a

7.5.9 Curso de Formação Continuada sobre A Criança, o Adolescente e a Justiça do Trabalho, Modalidade de Educação a Distância, promovido pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho – ENAMAT, de 26 de outubro a 09 de dezembro de 2018, com carga horária de 30 h/a

7.5.10 Curso de Formação Continuada sobre Reforma Trabalhista I Modalidade de Educação a Distância, promovido pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho – ENAMAT, de 18 de fevereiro a 25 de março de 2019, com carga horária de 30 h/a

7.5.11 Curso de Formação Continuada sobre Reforma Trabalhista II, Modalidade de Educação a Distância, promovido pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho – ENAMAT, de 25 de março a 29 de abril de 2019, com carga horária de 30 h/a

7.5.12 Curso de Formação Continuada sobre Hermenêutica Jurídica, Modalidade de Educação a Distância, promovido pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho – ENAMAT, de 29 de julho a 08 de setembro de 2019, com carga horária de 30 h/a

7.5.13 Curso de Formação Continuada sobre Precedentes no Processo do Trabalho, Modalidade de Educação a Distância, promovido pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho – ENAMAT, de 14 de outubro a 3 de dezembro de 2019, com carga horária de 30 h/a

7.5.14 Curso de Formação Continuada sobre Audiências por Videoconferência e a Prática dos Demais Atos por Meio Telepresencial, Modalidade de Educação à Distância, promovido pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho – ENAMAT, em 29 de maio de 2020, com carga horária de 4 h/a

7.5.15 Curso de Formação Continuada sobre Conciliação e Mediação, Modalidade de Educação a Distância, promovido pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho – ENAMAT, de 03 de agosto a 16 de setembro de 2020, com carga horária de 30 h/a

7.5.16 Curso de Formação Continuada sobre Relações de Trabalho em Meio à Pandemia de Coronavírus, Modalidade de Educação a Distância, promovido pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho – ENAMAT, de 27 a 30 de abril de 2020, com carga horária de 8 h/a

7.5.17 Curso de Formação Continuada sobre Produção e Análise de Provas Digitais no Processo do Trabalho, Modalidade de Educação a Distância, promovido pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho – ENAMAT, de 9 de agosto a 22 de setembro de 2021, com carga horária de 30 h/a

7.5.18 Curso de Formação Continuada em Administração Judiciária de Tribunais Regionais do Trabalho, modalidade presencial, promovido pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho – ENAMAT, de 7 a 9 de junho de 2021, com carga horária de 18 h/a

7.5.19 Curso de Formação Continuada sobre O Direito e o Processo do Trabalho nas Recuperações Judiciais e Falências, Modalidade de Educação a Distância, promovido pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho – ENAMAT, de 24 de outubro a 7 de dezembro de 2022, com carga horária de 30 h/a

7.5.20 Curso de Formação Continuada sobre Lei Geral de Proteção de Dados e seus Impactos nas Relações de Trabalho, Modalidade de Educação a Distância, promovido pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho – ENAMAT, de 28 de março a 11 de maio de 2022, com carga horária de 30 h/a

7.5.21 Curso de Formação Continuada sobre Direito Coletivo do Trabalho, Modalidade de Educação a Distância, promovido pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho – ENAMAT, de 30 de janeiro a 15 de março de 2023, com carga horária de 30 h/a

7.5.22 Curso de Formação Continuada sobre Direito Previdenciário Aplicado às Relações de Trabalho, Modalidade de Educação à Distância, promovido pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho – ENAMAT, de 27 de março a 10 de maio de 2023, com carga horária de 30 h/a

7.5.23 Curso de Formação Continuada sobre Sistema para Pesquisa de Bens e Pessoas, Modalidade de Educação a Distância, promovido pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho – ENAMAT, de 10 de julho a 23 de agosto de 2023, com carga horária de 30 h/a

7.5.24 Curso de Formação Continuada sobre Instrução Probatória no Processo do Trabalho na Interface entre o Analógico e o Digital, Modalidade de Educação a Distância, promovido pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho – ENAMAT, de 28 de agosto a 11 de outubro de 2023, com carga horária de 30 h/a

7.5.25 Curso de Formação Continuada sobre O Direito do Trabalho e as Plataformas Digitais, Modalidade de Educação à Distância, promovido pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho – ENAMAT, de 02 de outubro a 15 de novembro de 2023, com carga horária de 30 h/a

7.5.26 Curso de Formação Continuada sobre Direito Constitucional do Trabalho, Modalidade de Educação a Distância, promovido pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho – ENAMAT, de 23 de outubro a 6 de dezembro de 2023, com carga horária de 30 h/a

7.5.27 Curso de Formação Continuada sobre Precatórios, Modalidade de Educação a Distância, promovido pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho – ENAMAT, de 29 de janeiro a 28 de fevereiro de 2024, com carga horária de 20 h/a

7.5.28 Curso de Formação Continuada sobre Administração Judiciária, Modalidade presencial, promovido pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho – ENAMAT, de 20 a 21 de fevereiro de 2024, com carga horária de 14 h/a

7.5.29 Curso de Formação Continuada sobre Julgamento com Perspectiva Interseccional de Gênero e Raça, Modalidade de Educação a Distância, promovido pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho – ENAMAT, de 4 de março a 24 de abril de 2024, com carga horária de 30 h/a

7.5.30 Curso de Formação de Formadores sobre Sistema de Precedentes na Justiça do Trabalho: uma análise crítica e propositiva da busca de racionalidade na perspectiva da Justiça Social, Modalidade de Educação à Distância, promovido pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho – ENAMAT, de 15 de março a 17 de maio de 2024, com carga horária de 27 h/a

7.5.31 Curso de Formação Continuada sobre Capacitação para CEJUSC – Módulo Teórico, Modalidade de Educação a Distância, promovido pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho – ENAMAT, de 29 de abril a 28 de junho de 2024, com carga horária de 40 h/a

7.5.32 Seminário Cultura Organizacional Livre de Assédio: interfaces entre trabalho, indivíduo e saúde mental, modalidade presencial, no dia 8 de maio de 2024, com carga horária de 6 h/a

7.5.33 Curso de Formação de Formadores para o Curso de Formação Inicial, Modalidade de Educação a Distância, promovido pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho – ENAMAT, de 14 de junho a 04 de julho de 2024, com carga horária de 30 h/a

7.5.34 Curso de Formação Continuada sobre Assédio Eleitoral nas Relações de Trabalho, Modalidade de Educação a Distância, promovido pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho – ENAMAT, de 26 de agosto a 25 de setembro de 2024, com carga horária de 20 h/a

7.5.35 Curso de Formação Continuada sobre Capacitação para CEJUS – Módulo Prático, Modalidade de Educação à Distância, promovido pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho – ENAMAT, de 15 de agosto a 17 de outubro de 2024, com carga horária de 60 h/a

7.5.36 Curso de Formação de Formadores sobre Sistema de Ensino a Distância e Didáticas em Ambientes Virtuais, Modalidade de Educação a Distância, promovido pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho – ENAMAT, de 25 de março a 14 de maio de 2025, com carga horária de 30 h/a

7.5.37 Curso de Formação de Formadores sobre Normas Internacionais do Trabalho para Magistrados e Magistradas, Modalidade de Educação à Distância, promovido pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho – ENAMAT, de 5 a 9 de maio de 2025, com carga horária de 32 h/a

7.5.38 Curso de Formação Continuada sobre Assédio e Outras Formas de Violência na Justiça do Trabalho, Modalidade de Educação a Distância, promovido pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho – ENAMAT, de 14 de julho a 03 de setembro de 2025, com carga horária de 40 h/a

7.5.39 Curso de Formação Continuada sobre Sistema Interamericano de Direitos Humanos, Modalidade de Educação a Distância, promovido pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho – ENAMAT, de 23 de fevereiro a 22 de abril de 2026, com carga horária de 40 h/a

7.6 Cursos de Formação promovidos pela Escola Nacional de Aperfeiçoamento e Formação de Magistrados – ENFAM:

7.6.1 Curso de Formação de Formadores FOFO N1M2 – Elementos Didáticos Orientadores da Prática Docente, Modalidade Educação a Distância, de 13 de junho a 16 de julho de 2024, com carga horária de 40 h/a

7.7 Cursos de Formação Continuada e Aperfeiçoamento de Magistrados promovidos pela Escola Judicial do TRT da 17ª Região:

7.7.1 Curso de Formação Continuada Aspectos Jurídicos da Liberdade Religiosa, Modalidade Educação a Distância, de 28 de agosto a 28 de setembro de 2025, com carga horária de 30 h/a

7.8 Cursos de Formação em Instituições Estrangeiras

7.8.1 Curso de Administração do Sistema Judicial Comparado com Enfoque no Direito Constitucional, Civil e Penal dos Estados Unidos da América, University of Georgia, de 02 a 13 de dezembro de 2019, com carga horária de 90 h/a

7.8.2 Curso Artificial Intelligence and the Rule of Law, Modalidade Educação a Distância, UNESCO, março de 2022

7.8.3 Curso A Era Digital e o Direito do Trabalho, Modalidade Educação a Distância, Universidade de Coimbra/Portugal, de 01 a 09 de setembro de 2025

8. Elementos de Aprovação em Concursos Públicos

8.1 Aprovações em Concursos Públicos de Provas e Títulos para Ingresso na Magistratura do Trabalho:

8.1.1 Aprovado no Concurso Público 01/91 para Ingresso na Magistratura do Trabalho da Terceira Região, promovido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (Minas Gerais), em setembro de 1991, obtendo o 9º lugar na classificação final, aos 24 anos de idade

8.1.2 Aprovado no VI Concurso Público de Provas e Títulos para Ingresso na Magistratura do Trabalho da 10ª Região (Brasília), em outubro de 1991, obtendo o 1º lugar na classificação final, aos 24 anos de idade

8.2 Aprovação em Concurso Público de Provas e Títulos para Cargo de Professor Auxiliar, na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pernambuco (FDR/UFPE), em setembro de 1995, obtendo o 1º lugar na classificação final

8.3 Aprovação em Seleção Pública para Ingresso em Cursos de Pós-Graduação stricto sensu:

8.3.1 Aprovado na Seleção Pública para Ingresso no Curso de Mestrado em Direito da Faculdade de Direito do Recife da Universidade Federal de Pernambuco (FDR/UFPE), em novembro de 1992, obtendo o 1o lugar na classificação final

8.3.2 Aprovado na Seleção Pública para Ingresso no Curso de Doutorado em Direito da Faculdade de Direito do Recife da Universidade Federal de Pernambuco (FDR/UFPE), em novembro de 1998, obtendo o 2o lugar na classificação final

9. Elementos de Produção Literária (Publicação de Livros, Capítulos de Livros e Artigos Doutrinários)

9.1 Livros Publicados:

9.1.1 Proteção à Relação de Emprego, São Paulo: editora LTr, 1998.

9.1.2 Roteiro Articulado de Direito do Trabalho, 1a edição, Recife: editora Nossa Livraria, 1999.

9.1.3 Roteiro Articulado de Direito do Trabalho - atualizado e ampliado, Recife: editora Bargaço, 2001

9.1.4 Tutela Diferenciada (em coautoria com Delosmar Mendonça Júnior, Wellington Pacheco Barros e Elaine Hartzheim Macedo), Curitiba: editora IESDE, 2007.

9.1.5 Teoria Geral do Processo (em coautoria com Bento Herculano Duarte Neto e Paulo Henrique dos Santos Lucon), Curitiba: editora IESDE, 2012

9.1.6 Dicionário Brasileiro de Direito do Trabalho. (em coautoria com outros acadêmicos da Academia Brasileira de Direito do Trabalho). São Paulo: Editora LTr, 2013, v.1.

9.1.7 Limites à Revisão de Acordos Homologados na Justiça do Trabalho em Tempos de Pandemia: (im)possibilidade da relativização da coisa julgada e (in) aplicabilidade das exceções da força maior e da teoria da imprevisão diante dos princípios da razoabilidade e da ponderação (em coautoria com Raphael Arlen Santos). Recife: Editora Ipanec, 2021.

9.2 Livros Organizados:

9.2.1 Temas Atuais do Direito Moderno. Recife: Editora Bargaço, 2001.

9.2.2 Direito Previdenciário e Acesso à Seguridade Social (em co-coordenação com Virgínia Colares, Luciana Paula Conforti e Ana Maria Aparecida de Freitas). Recife: Editora ESMATRA, 2011.

- 9.2.3 Acesso à Justiça e Trabalho Decente (em co-coordenação com Ana Maria Aparecida de Freitas e Fábio Túlio Barroso). Recife: Editora ESMATRA, 2012.
- 9.2.4 Processo do Trabalho & Evolução do Direito (em co-coordenação com Juliana Esteves Teixeira e Amaro Clementino Pessoa). Curitiba: Juruá Editora, 2013.
- 9.2.5 Acesso à Justiça e Temas Contemporâneos de Direito e Processo Penal. Recife: Editora Nossa Livraria, 2013.
- 9.2.6 Processo e Jurisdição II (em co-coordenação com Hélio Sílvio Ourém). Florianópolis: CONPEDI, 2014.
- 9.2.7 Acesso à Justiça e Temas Contemporâneos de Direito Civil e Processo Civil. Recife: Editora Nossa Livraria, 2014.
- 9.2.8 Acesso à Justiça e as Novas Diretrizes do Direito Processual Brasileiro. Recife: Editora Nossa Livraria, 2014.
- 9.2.9 A Multidisciplinaridade dos Direitos Fundamentais: uma análise reflexiva (em co-coordenação com Rogéria Gladys e Sabrina Rocha). Recife: Editora Nossa Livraria, 2014.
- 9.2.10 Perspectivas do Direito Penal e do Processo Penal na Sociedade Contemporânea (em co-coordenação com Érica Babini e Maríli Montenegro. Recife: Editora Nossa Livraria, 2015.
- 9.2.11 Direito Judiciário e Magistratura do Trabalho: instituições clássicas e suas novas manifestações na sociedade contemporânea. Recife: Nossa Livraria Editora, 2015.
- 9.2.12 Inovações Jurídicas no Direito e Processo Civil na Sociedade Contemporânea (em co-coordenação com Paulo Roberto Cerqueira e José André Barbosa Machado Pinto). Recife: Editora Nossa Livraria, 2016.
- 9.2.13 Estudos Contemporâneos sobre o Novo CPC. Recife: Editora Nossa Livraria, 2016.
- 9.2.14 Direito e Processo Penal: inovações e desafios diante da sociedade brasileira contemporânea (em co-coordenação com Érica Babini, Débora Ferreira e Marília Montenegro, Recife: Editora Nossa Livraria, 2016.
- 9.2.15 Acesso à Justiça do Trabalho na Pós-Modernidade: temas de Direito e Processo do Trabalho e suas Inquietações na Sociedade Contemporânea. Recife: Editora Nossa Livraria, 2016.
- 9.2.16 Estudos Contemporâneos sobre o Novo CPC. Vol. 2. Recife: Editora Nossa Livraria, 2017.
- 9.2.17 Estudos Contemporâneos sobre o Novo CPC. Vol. 3. Recife: Editora Nossa Livraria, 2018.

- 9.2.18 Estudos Contemporâneos sobre o Novo CPC. Vol. 4. Recife: Editora Nossa Livraria, 2018.
- 9.2.19 Estudos Contemporâneos sobre o Código de Processo Civil de 2015. Vol. 5. Recife, Editora LCCP, 2018.
- 9.2.20 Elementos Contemporâneos de Direito Sindical e de Direito Coletivo do Trabalho. Recife, Editora FB da Silva Livros, 2018.
- 9.2.21 Novos Perfis do Direito Civil e do Processo Civil no Brasil: inovações, transformações e a evolução dos modelos normativos brasileiros. Recife: Cardona Daher Editores, 2019.
- 9.2.22 Estudos Contemporâneos sobre o Código de Processo Civil de 2015 - Volume VII. Recife: Cardona Daher Editores, 2019.
- 9.2.23 Estudos Contemporâneos sobre o Código de Processo Civil de 2015 - Volume VIII. Recife: Cardona Daher Editores, 2019.
- 9.2.24 Direito e Processo Penal e a Sociedade Pós-Moderna: Mito, Utopia e Realidade. Recife: Cardona Daher Editores, 2019.
- 9.2.25 Garantias Constitucionais do Processo e Instrumentalidade Processual. Curitiba: Brazil Publishing, 2020.
- 9.2.26 Direito Internacional do Trabalho. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2020.
- 9.2.27 Garantias Constitucionais do Processo e Instrumentalidade Processual, Curitiba: Brazil Publishing, 2021.
- 9.2.28 Elementos de Direito Processual Civil e do Trabalho. Curitiba: Brazil Publishing, 2021.
- 9.2.31 Elementos de Direito Previdenciário, Curitiba: Brazil Publishing, 2021.
- 9.2.32 Elementos de Direito do Trabalho, Curitiba: Brazil Publishing, 2021.
- 9.2.33 Communication, Law & Technology. Recife: Editora Publius, 2022.
- 9.2.34 Estudos em Direito Digital, Recife: Editora FASA, 2022.
- 9.2.35 Da TGP aos Recursos. Recife: Editora Publius, 2022.
- 9.2.36 Elementos de Direito Processual Civil e do Trabalho, Recife: Editora Publius, 2023.
- 9.2.37 Elementos de Direito Previdenciário. Recife: Editora Publius, 2023.
- 9.2.38 Elementos de Direito do Trabalho. Recife: Editora Publius, 2023.

9.2.39 Garantias Constitucionais Processuais. Salvador: Editora Jus Podivm, 2025.

9.2.40 Inteligência Artificial na Justiça do Trabalho, ed.1. Recife/PE: Editora Publius, 2026

9.2.41 Temas Contemporâneos do Direito: contribuições acadêmicas femininas em coautoria com o Professor Sergio Torres Teixeira, ed.1. Recife/PE: Editora Publius, 2026.

9.3 Capítulos de Livros Publicados:

9.3.1 Fundo de Garantia do Tempo de Serviço In: MANUAL DE DIREITO DO TRABALHO - HOMENAGEM AO PROFESSOR CÁSSIO MESQUITA. 1ª ed. São Paulo/SP : LTr, 1998.

9.3.2 Responsabilidade Civil no Âmbito das Relações de Emprego In: TEMAS ATUAIS DE RESPONSABILIDADE CIVIL. 1 ed. Recife/PE: Bargaço, 2000.

9.3.3 A Moderna Relação de Emprego In: PRESENTE E FUTURO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO. 1 ed. São Paulo/SP : LTr, 2000.

9.3.4 Processo de Execução no Âmbito dos Juizados Especiais Cíveis In: PROCEDIMENTOS ESPECIAIS CÍVIS - LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE. 1ª ed. São Paulo/SP: Saraiva, 2003, vol. 1.

9.3.5 Competência Material da Justiça do Trabalho: Novos Horizontes In: ELEMENTOS DOUTRINÁRIOS DO NOVO DIREITO DO TRABALHO. Recife: Nossa Livraria, 2004.

9.3.6 Tutela Jurisdicional e Reintegração no Emprego: enquadramento da tutela reintegratória In: DIREITO, CIDADANIA & PROCESSO. 1 ed. Recife/PE : FASA - Fundação Antônio dos Santos Abranches, 2006, vol. 1.

9.3.7 O Modelo Processual Contemporâneo e Obstáculos à Efetividade do Processo Jurisdicional Trabalhista In: DIREITO, CIDADANIA & PROCESSO Recife: FASA Fundação Antônio dos Santos Abranches, 2006, vol. 3.

9.3.8 O Modelo Processual Contemporâneo e a Nova Sentença Mandamental In: DIREITO, CIDADANIA & PROCESSO Recife: FASA - Fundação Antônio dos Santos Abranches, 2006, vol. 3.

9.3.9 Evolução do Modelo Processual Brasileiro: o novo perfil da sentença mandamental diante das últimas etapas da reforma processual In: PROCESSO CIVIL: ASPECTOS RELEVANTES São Paulo: Editora Método, 2006, vol. 1.

9.3.10 Breves Notas sobre o Enquadramento do Acesso à Justiça no Contexto das Ações Afirmativas In: DIREITO, JURISDIÇÃO E PROCESSO. Recife: Editora Nossa Livraria, 2006.

9.3.11 Peculiaridades da Antecipação de Tutela Enquanto Instrumento de Concretização da Efetividade do Processo In: PROCESSO CIVIL: ASPECTOS RELEVANTES. São Paulo: Método, 2007, v.2.

9.3.12 Acesso à Justiça do Trabalho e Crise do Modelo Processual Brasileiro Contemporâneo: superando os obstáculos à efetividade do processo trabalhista In: DIMENSÕES DO ACESSO À JUSTIÇA Salvador: Editora Jus Podium, 2008.

9.3.13 TRT 6a Região - Pernambuco In: Sentenças Trabalhistas: teoria e prática para o concurso da magistratura trabalhista Porto Alegre: Elsevier, 2009.

9.3.14 Novos Rumos do Modelo Processual Contemporâneo e a Efetivação do Provisamento Antecipatório In: DIREITO, CIDADANIA E PROCESSO. Recife: FASA - Fundação Antônio dos Santos Abranches, 2009, vol. 4.

9.3.15 A Sentença Trabalhista In: CURSO DE PROCESSO DO TRABALHO. São Paulo: LTr, 2009.

9.3.16 Invalidação de Atos no Âmbito do Contrato de Emprego: os caminhos para a decretação da dispensa ilegal In: DIREITO DAS OBRIGAÇÕES - REFLEXOS NO DIREITO MATERIAL E PROCESSUAL. São Paulo: GEN/Método, 2011, vol. 1.

9.3.17 Evolução da Justiça do Trabalho, Acesso à Jurisdição Trabalhista e a nova Seguridade Social: rumo a uma Justiça Social In: DIREITO PREVIDENCIÁRIO E ACESSO À SEGURIDADE SOCIAL. Recife: Esmatra, 2011.

9.3.18 Limitações Constitucionais ao Direito de Despedir In: DIREITO CONSTITUCIONAL: OS DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS. Curitiba: Juruá Editora, 2012.

9.3.19 Acesso à Justiça mediante a Invalidação da Dispensa Discriminatória In: DIREITO DO TRABALHO: VALORIZAÇÃO E DIGNIDADE DO TRABALHADOR NO SÉCULO XXI. São Paulo: Editora LTr, 2012.

9.3.20 Dignidade Humana e a Invalidação da Dispensa Discriminatória In: A MULTIDISCIPLINARIEDADE DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS: UMA ANÁLISE REFLEXIVA. 1ª ed. Recife/PE: Editora Nossa Livraria, 2014, v.1, p. 91-131.

9.3.21 Atividade-Meio e Terceirização Lícita: diretrizes para o enquadramento do trabalho terceirizado no âmbito de atividade-meio da empresa tomadora dos serviços In: DIREITO DO TRABALHO I. 1ª ed. Florianópolis/SC: CONPEDI, 2014, v.1, p. 204-234.

9.3.22 Acesso à Justiça e Tutela Reintegratória: Direito Fundamental à Tutela Jurisdicional Efetiva mediante a Reintegração no Emprego In: ACESSO À JUSTIÇA E AS NOVAS DIRETRIZES DO DIREITO PROCESSUAL BRASILEIRO. 1ª ed. Recife/PE: Editora Nossa Livraria, 2014, v.1, p. 273-294.

9.3.23 A Sentença Mandamental como Instrumento de Acesso à Justiça In: ACESSO À JUSTIÇA E TEMAS CONTEMPORÂNEOS DE DIREITO CIVIL E PROCESSO CIVIL. 1ª ed. Recife/PE: Editora Nossa Livraria, 2014, v.1, p. 489-517.

9.3.24 Tutela Específica de Prestações de Fazer e de Não Fazer: as regras do novo CPC e seus impactos do âmbito das relações de trabalho In: NOVO CPC: REPERCUSSÕES NO PROCESSO DO TRABALHO. 1ª ed. São Paulo: Saraiva, 2015, v.1, p. 261-291.

9.3.25 Redistribuição do Onus Probandi no Processo do Trabalho diante do novo CPC: impactos da distribuição dinâmica do ônus da prova na responsabilização do administrador público em demandas envolvendo terceirização In: DIREITO DO TRABALHO E MEIO AMBIENTE DO TRABALHO I. 1ª ed. Florianópolis/SC : CONPEDI, 2015, v.1, p. 614-634.

9.3.26 Princípio da Continuidade da Relação de Emprego e Controle do Direito de Despedir In: DIREITO JUDICIÁRIO E MAGISTRATURA DO TRABALHO: INSTITUIÇÕES CLÁSSICAS E SUAS NOVAS MANIFESTAÇÕES NA SOCIEDADE. 1ª ed. Recife: Nossa Livraria Editora, 2015, v.1, p. 27-58.

9.3.27 Distribuição Dinâmica do Ônus de Prova no Processo do Trabalho e a Responsabilização do Administrador Público Tomador dos Serviços Terceirizados In: PROCESSO, HERMENÊUTICA E EFETIVIDADE DOS DIREITOS I. 1ª ed. Recife/PE: Associação Pernambucana de Direito do Trabalho, 2015, v.1, p. 111-123.

9.3.28 Tutela Executiva e Acesso à Justiça: Concretização de Prestações de Fazer e de Não Fazer na Disciplina do Novo CPC In: INOVAÇÕES JURÍDICAS NO DIREITO E PROCESSO CIVIL NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA. 1ª ed. Recife: Editora Nossa Livraria, 2016, v.1, p. 793-820.

9.3.29 O Princípio da Continuidade e a Dispensa do Empregado: limitações ao direito de despedir como o principal corolário do princípio da continuidade In: PRINCIPIOLOGIA. 1ª ed. São Paulo/SP: Editora LTr, 2016, v.1, p. 205-214.

9.3.30 Julgamento Antecipado e Sentenças Parciais In: O NOVO CPC APLICADO AO PROCESSO DO TRABALHO. 1ª ed. São Paulo/SP: Editora LTr, 2016, v.1, p. 131-150.

9.3.31 Execução de Prestações de Fazer e de Não Fazer: repercussões do Novo CPC e seus Impactos no âmbito das Relações de Trabalho In: ACESSO À JUSTIÇA DO TRABALHO NA PÓS-MODERNIDADE: TEMAS DE DIREITO E PROCESSO DO TRABALHO E SUAS INQUIETAÇÕES NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA. 1ª ed. Recife: Editora Nossa Livraria, 2016, v.1, p. 745-790.

9.3.32 Execução de Obrigações de Fazer e de Não Fazer: Repercussões das Regras do Novo CPC no Modelo Processual do Trabalho In: O NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL E SEUS REFLEXOS NO PROCESSO DO TRABALHO. 2ª ed. Salvador/BA : Editora Juspodivm, 2016, v.1, p. 931-960.

9.3.33 Concretização do Direito de Acesso à Justiça por meio das Sentenças Mandamentais In: ESTUDOS CONTEMPORÂNEOS SOBRE O NOVO CPC. 1ª ed. Recife: Nossa Livraria, 2016, v.1, p. 315-342.

9.3.34 Tutela Específica de Prestações de Fazer e de Não Fazer: as regras do novo CPC e seus impactos no âmbito das relações de trabalho In: CPC: REPERCUSSÕES NO PROCESSO DO TRABALHO. 2ª ed. São Paulo/SP: Saraiva, 2017, v.1, p. 276-307.

9.3.35 Competência Material da Justiça do Trabalho e a Lei nº 13.467 de 2017: dimensões da jurisdição voluntária diante das novas atribuições do juiz do trabalho no processo de homologação de acordo extrajudicial. In: A CENTRALIDADE DO TRABALHO E OS RUMOS DA LEGISLAÇÃO TRABALHISTA: homenagem ao Ministro João Oreste Dalazen. São Paulo: LTr, 2018, p. 320-351.

9.3.36 Arbitragem e Litígios Trabalhistas: de fórmula de solução de conflitos coletivos às novas vidas de resolução de disputas individuais. In: ELEMENTOS CONTEMPORÂNEOS DE DIREITO SINDICAL E DE DIREITO COLETIVO DO TRABALHO. Recife: Editora FB da Silva Livros, 2018, p. 335-368.

9.3.37 Vias Alternativas à Jurisdição Contenciosa da Justiça do Trabalho. In: REFORMA TRABALHISTA: DESAFIO NACIONAL. Porto Alegre: Editora Lex Magister, 2018, p. 281-313.

9.3.38 Cláusula Compromissória de Arbitragem e Acesso à Justiça: o novo Artigo 507-A da CLT e a Solução de Conflitos Individuais Trabalhistas. In: A REFORMA TRABALHISTA NA VISÃO DA ACADEMIA BRASILEIRA DE DIREITO DO TRABALHO. Porto Alegre: Editora Lex Magister, 2018, p. 521-538.

9.3.39 Mitos, Caminhos e Acesso Multidimensional à Justiça: a arbitragem e a mediação como fórmulas parceiras do Judiciário do Trabalho no Brasil. In: SOLUÇÕES DE CONFLITOS TRABALHISTAS: NOVOS CAMINHOS, ed.1. São Paulo/SP: LTr, 2018, v.1, p. 174 - 192.

9.3.40 Acesso à Justiça por Caminhos Alternativos: reforma trabalhista, cláusula compromissória de arbitragem e homologação de acordos extrajudiciais In: TEORIA CRÍTICA DA REFORMA TRABALHISTA, ed.1. Belo Horizonte/MG: RTM, 2018, v.1, p. 427 - 464.

9.3.41 Sentença Trabalhista In: CURSO DE DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO: HOMENAGEM DA ACADEMIA BRASILEIRA DE DIREITO DO TRABALHO A CHRISTÓVÃO PIRAGIBE TOSTES MALTA E WAGNER D. GIGLIO, ed.1. São Paulo/SP: LTr, 2019, v.1, p. 211 - 233.

9.3.42 Quais as Exigências para a Validade de Convenção Arbitral cujo Objeto seja a Solução de Conflito Individual Trabalhista? In: PERGUNTAS E RESPOSTAS SOBRE A LEI DA REFORMA TRABALHISTA, ed.1. São Paulo/SP: LTr Editora, 2019, v.1, p. 253 - 255.

9.3.43 Novos Caminhos de Acesso à Justiça: a reforma trabalhista e a solução de conflitos individuais trabalhistas por meio da arbitragem privada In: NOVAS MATRIZES DO DIREITO DO TRABALHO, ed.1. São Paulo/LTr: LTr Editora, 2019, v.1, p. 319 - 330.

9.3.44 Inciso VIII do Artigo 7º da Constituição da República In: COMENTÁRIOS À CONSTITUIÇÃO DE 1988 EM MATÉRIA DE DIREITOS SOCIAIS TRABALHISTAS (ARTS. 6º A 11): UMA HOMENAGEM AOS 30 ANOS DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA E AOS 40 ANOS DA ACADEMIA BRASILEIRA DE DIREITO DO TRABALHO, ed.1. São Paulo/SP: LTr, 2019, v.1, p. 502 - 516.

9.3.45 Despedida por Motivo Discriminatório e Dignidade da Pessoa Humana do Trabalhador In: DIREITO E PROCESSO DO TRABALHO: HOMENAGEM A ARMANDO CASIMIRO COSTA FILHO, ed.1. São Paulo/SP: LTr, 2019, v.1, p. 125 - 138.

9.3.46 Arbitragem e Conflitos Individuais Trabalhistas: o artigo 507-A da CLT e a admissibilidade da inserção de cláusula compromissória de arbitragem no contrato de emprego In: ARBITRAGEM - ATUALIDADES E TENDÊNCIAS, ed.1. Ribeirão Preto/SP: Migalhas, 2019, v.1, p. 13 - 36.

9.3.47 Uma Defesa da Inafastabilidade da Jurisdição Constitucional In: GARANTIAS CONSTITUCIONAIS DO PROCESSO E INSTRUMENTALIDADE PROCESSUAL, ed.1. Curitiba/PR: Brazil Publishing, 2020, v.1, p. 265 - 290.

9.3.48 The Antagonism Between the Right to Exist and the New Social Security: greater affectation for women In: NEW AWARENESS OF SOLIDARITY IN EUROPEAN UNION LAW AND BEYOND, ed.1. Pisa, Itália: Arnus University Books, 2020, v.1, p. 227 - 292.

9.3.49 Termo de Quitação Anual e Homologação Extrajudicial: possibilidade e efeitos In: O FUTURO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO NO CENTENÁRIO DA ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, ed.1. Porto Alegre/RS: LexMagister, 2020, v.1, p. 273 - 297.

9.3.50 Repercussões do Fato do Príncipe no Processo do Trabalho: primeiras impressões científicas In: DIREITO DO TRABALHO NA CRISE DA COVID-19, ed.1. Salvador/BA: Jus Podivm, 2020, v.1, p. 721 - 744.

9.3.51 Estabilidade do Dirigente Sindical e Tutela Reintegratória como Instrumentos Imprescindíveis à Plena Liberdade Sindical In: LIBERDADE SINDICAL: UMA PROPOSTA PARA O BRASIL, ed.1. Campinas/SP: Lacier Editora, 2021, v.1, p. 154 - 173.

9.3.52 Caminhos Contemporâneos da Jurisdição Voluntária: da tradicional fórmula procedimental ao novo “processo” de Homologação de acordo extrajudicial instituído pela Lei n. 13.467 de 2017 In: ENSAIOS PROCESSUAIS CIVIS: DA TGP AOS RECURSOS, ed.1. Recife/PE: Editora Publius, 2021, v.1, p. 71 - 112.

9.3.53 Meios Consensuais de Solução de Conflitos e Segurança Jurídica: o processo de jurisdição voluntária para homologação de acordo extrajudicial como uma fórmula adequada a proporcionar prevalência da consensualidade com máxima segurança In: DIREITO, PROCESSO E CIDADANIA - 15 ANOS DE EFETIVAÇÃO DE DIREITOS, ed.1. São Paulo/SP: Editora Tirant lo Blanch, 2022, v.1, p. 51 - 68.

9.3.54 Diálogos Institucionais: a distribuição do ônus da prova quanto aos fatos correspondentes à fiscalização do contrato em casos de terceirização no setor público In: DIREITO DO TRABALHO E TEORIA SOCIAL CRÍTICA - Volume II, ed.1. Belo Horizonte: Editora RTM, 2022, v.II, p. 339 - 378.

9.3.55 Access to Justice and Decent Work In: INTERNATIONAL TOPICS: COMMUNICATION, LAW & TECHNOLOGY, ed.1. Recife/PE: Editora Publius, 2022, v.1, p. 156 - 172.

9.3.56 O Devido Processo Legal In: ARTIGO 5º DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA: OS DIREITOS CONSTITUCIONAIS INESPECÍFICOS APLICADOS AS RELAÇÕES DE TRABALHO, ed.1. Porto Alegre/RS: LEX Editora, 2023, v.1, p. 645 - 656.

9.3.57 Direito à Igualdade e Proteção Contra a Discriminação: promoção e resguardo da dignidade humana mediante o com bate à dispensa abusiva pela lei n.9.029 de 1995 In: COLEÇÃO ESTUDOS ENAMAT, ed.1. Brasília/DF: ENAMAT, 2023, v.1, p. 73 - 110.

9.3.58 Dignidade da Pessoa Humana, Proteção Contra a Discriminação e a Súmula Nº 443 do Tribunal Superior do Trabalho: contribuição do pensamento do Maurício Godinho Delgado na vedação à despedida discriminatória In: CONSTITUCIONALISMO HUMANISTA E SOCIAL NA JURISPRUDÊNCIA DO TST: O DIREITO DO TRABALHO NO LEGADO DE MAURICIO GODINHO DELGADO EM SEUS 70 ANOS, ed.1. Leme/SP: Editora Mizuno, 2023, v.1, p. 459 - 480.

9.3.59 Direito de Despedir do Empregador Público e seus Limites Constitucionais: a prática da dispensa no âmbito da relação de emprego público como ponto de miscigenação de normas do Direito do Trabalho, do Direito Administrativo e do Direito Constitucional In: DIREITO CONTEMPORÂNEO: ESTUDOS EM HOMENAGEM A MANOEL ERHARDT, ed.1. Londrina/PR: Thoth, 2024, v.1, p. 169 - 191.

9.3.60 Brumadinho: da retrotopia jurídica do sistema de tarifação algoritmo potencializador do dumping social In: DANO EXTRAPATRIMONIAL E OUTRO ESTUDOS - OBRA EM HOMENAGEM AOS 30 ANOS DE MAGISTRATURA E 10 ANOS E TST DO MINISTRO ALEXANDRE AGRA BELMONTE, ed.1. Brasília/DF: Editora Venturoli, 2024, v.1, p. 259 - 280.

9.3.61 Acesso à Justiça na Era Digital: influência das novas tecnologias na prestação jurisdicional na sociedade contemporânea In: INCIDÊNCIAS DAS TECNOLOGIAS DISRUPTIVAS NO DIREITO: INOVAÇÕES, EFETIVIDADE NORMATIVA E SEGURANÇA JURÍDICA, ed.1. Leme/SP: Editora Mizuno, 2024, v.1, p. 161 - 198.

9.3.62 A Tecnologia Não É Neutra: inteligência artificial e fórmulas de discriminação na era digital In: DIREITO DIGITAL, TECNOLOGIA E SOCIEDADE, ed.1. São Paulo/SP: Tirant lo Blanch, 2024, v.1, p. 221 - 230.

9.3.63 A Política de Consolidação do Sistema de Precedentes Obrigatórios da Justiça do Trabalho de Primeiro e Segundo Graus: histórico, atualidade e perspectivas In: GESTÃO DE PRECEDENTES NA JUSTIÇA DO TRABALHO, ed.1. Brasília/DF: ENAMAT, 2024, v.XI, p. 23 - 46.

9.3.64 A Autorização da Jornada Extraordinária em Ambiente Insalubre Sem Licença Prévia da Autoridade Competente: uma análise acerca dos impactos da flexibilização do art. 60 da CLT no Meio Ambiente de Trabalho In: DIREITO DO TRABALHO EM PERSPECTIVA, ed.1. São Paulo: Editora LTr, 2024, v.1, p. 187 - 217.

9.3.65 Relembrando Algumas Teses do Tribunal Superior do Trabalho em Matéria de Trabalho para Empresas-Plataforma em Contraponto ao Objeto do Tema 1389 do STF: a relação de trabalho plataformizado como ponto de disputa da competência material da Justiça do Trabalho In: COLEÇÃO ESTUDOS ENAMAT: PLATAFORMAS DIGITAIS, SUBORDINAÇÃO E NOVAS FORMAS DE TRABALHO NA ECONOMIA DIGITAL, ed.1. Brasília/DF: ENAMAT, 2025, v.16, p. 227 - 248.

9.3.66 O Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas no Processo do Trabalho In: TRABALHO E NOVAS TECNOLOGIAS: IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS E JURÍDICOS, ed.1. Porto Alegre/RS: Editora LEX, 2025, v.1, p. 241 - 258.

9.3.67 Acesso à Justiça, Dignidade da Pessoa Humana do Trabalhador e o Combate à Dispensa Discriminatória In: ASPECTOS POLÊMICOS E ATUAIS DO DIREITO MATERIAL E PROCESSUAL DO TRABALHO: ESTUDOS EM HOMENAGEM AO MINISTRO CARLOS ALBERTO REIS DE PAULA, ed.1. São Paulo/SP: Tirant Lo Blanch Brasil, 2025, v.1, p. 126 - 152.

9.3.68 . La Garanzia della Stabilità Sindicale In: IL DIRITTO SINDICALE NEL SISTEMA GIURICO ITALIANO E BRASILIANO, ed.1. Milão, Itália: Milano University Press, 2025, v.1, p. 297 - 318.

9.3.69 A APOSENTADORIA E O BENEFÍCIO DA PRESTAÇÃO CONTINUADA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA DIANTE DO AUTISMO In: TEMAS CONTEMPORÂNEOS DO DIREITO: contribuições acadêmicas femininas em coautoria com o Professor Sergio Torres Teixeira, (em coautoria com Rubenita Souza), ed.1. Recife/PE: Editora Publius, 2026, v.1, p. 675 - 698.

9.3.70 ABORDAGENS DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL DE ACORDO COM O MODELO CONTEMPORÂNEO DE JURISDIÇÃO ESTATAL BRASILEIRO In: TEMAS CONTEMPORÂNEOS DO DIREITO: contribuições acadêmicas femininas em coautoria com o Professor Sergio Torres Teixeira, (em coautoria com Juliana Casimiro), ed.1. Recife/PE: Editora Publius, 2026, v.1, p. 171 - 206.

9.3.71 ABORDAGENS DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL PARA SISTEMAS DE APOIO À DECISÃO JUDICIAL NO PODER JUDICIÁRIO BRASILEIRO DE ACORDO COM O MODELO CONTEMPORÂNEO DE JURISDIÇÃO ESTATAL In: INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA JUSTIÇA DO TRABALHO, (em coautoria com Juliana Casimiro), ed.1. Recife/PE: Editora Publius, 2026, v.1, p. 33 - 64.

9.3.72 ABUSO DO DIREITO DE AÇÃO E A RESOLUÇÃO Nº 159 DO CNJ In: TEMAS CONTEMPORÂNEOS DO DIREITO: contribuições acadêmicas femininas em coautoria com o Professor Sergio Torres Teixeira, (em coautoria com Isabelle Reis) ed.1. Recife/PE: Editora Publius, 2026, v.1, p. 465 - 485.

9.3.73 ACESSO À JUSTIÇA NA ERA DO PROCESSO DIGITAL: INFLUÊNCIA DAS NOVAS TECNOLOGIAS NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA In: TEMAS CONTEMPORÂNEOS DO DIREITO: contribuições acadêmicas femininas em coautoria com o Professor Sergio Torres Teixeira, (em coautoria com Camilla Montanha e Beatriz Rocha), ed.1. Recife/PE: Editora Publius, 2026, v.1, p. 29 - 76.

9.3.74 AUTOMAÇÃO DAS DECISÕES E O PROBLEMA DA JUSTIÇA NO BRASIL In: INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA JUSTIÇA DO TRABALHO, (em coautoria com André Lucas), ed.1. Recife/PE: Editora Publius, 2026, v.1, p. 121 - 140.

9.3.75 Combate à Discriminação no Âmbito da Relação de Emprego e a Proteção à Dignidade da Pessoa Humana do Trabalhador In: A Luta pelo Direito do Trabalho: homenagem à professora Magda Barros Biavaschi, ed.1. Belo Horizonte/MG: RTM, 2026, v.1, p. 480 - 505.

9.3.76 CONSIDERAÇÕES E DESAFIOS SOBRE PROCESSO ESTRUTURAL: BREVES COMENTÁRIOS SOBRE O JULGAMENTO DA RECLAMAÇÃO Nº 68.709 PELO STF In: TEMAS CONTEMPORÂNEOS DO DIREITO: contribuições acadêmicas femininas em coautoria com o Professor Sergio Torres Teixeira, (em coautoria com Roberto Paulino e Rayssa Havanna), ed.1. Recife/PE: Editora Publius, 2026, v.1, p. 337 - 364.

9.3.77 DIÁLOGOS INSTITUCIONAIS: A DISTRIBUIÇÃO DO ÔNUS DA PROVA QUANTO AOS FATOS CORRESPONDENTES À FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO EM CASOS DE TERCEIRIZAÇÃO NO SETOR PÚBLICO In: TEMAS CONTEMPORÂNEOS DO DIREITO: contribuições acadêmicas femininas em coautoria com o Professor Sergio Torres Teixeira, (em coautoria com Marília Tabosa) ed.1. Recife/PE: Editora Publius, 2026, v.1, p. 207 - 256.

9.3.78 DIREITO AO TRABALHO: UMA ANÁLISE HERMENÊUTICA DA DECISÃO SOBRE RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA 60.776/PI In: TEMAS CONTEMPORÂNEOS DO DIREITO: contribuições acadêmicas femininas em coautoria com o Professor Sergio Torres Teixeira, (em coautoria com Mirella Cavalcanti e Virgínia Colares) ed.1. Recife/PE: Editora Publius, 2026, v.1, p. 487 - 503.

9.3.79. DIREITO E ESPORTES ELETRÔNICOS: A INSUFICIÊNCIA JURÍDICA NO ÂMBITO DIGITAL E IMPACTOS NAS ATIVIDADES DELE ADVINDAS In: TEMAS CONTEMPORÂNEOS DO DIREITO: contribuições acadêmicas femininas em coautoria com o Professor Sergio Torres Teixeira, (EM COAUTORIA COM Maria Beatriz Silva), ed.1. Recife/PE: Editora Publius, 2026, v.1, p. 77 - 113.

9.3.80 DISCRIMINAÇÃO ALGORÍTMICA NAS RELAÇÕES DE TRABALHO In: TEMAS CONTEMPORÂNEOS DO DIREITO: contribuições acadêmicas femininas em coautoria com o Professor Sergio Torres Teixeira, (em coautoria com Alexandre Pimentel e Camila Pugliesi), ed.1. Recife/PE: Editora Publius, 2026, v.1, p. 113 - 149.

9.3.81 Discriminação Algorítmica nas Relações de Trabalho In: Discriminação Algorítmica, (em coautoria com Alexandre Pimentel e Camila Pugliesi), , ed.1. Curitiba/PR: Centro de Estudos da Contemporaniedade, 2026, v.1, p. 209 - 243.

9.3.82 DROGAS ILÍCITAS E CONTRATO DE TRABALHO In: TEMAS CONTEMPORÂNEOS DO DIREITO: contribuições acadêmicas femininas em coautoria com o Professor Sergio Torres Teixeira, (em coautoria com Cássia Barata e Jacqueline Barata) ed.1. Recife/PE: Editora Publius, 2026, v.1, p. 529 - 547.

9.3.83 INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA E A FORMAÇÃO CONCENTRADA DE PRECEDENTES OBRIGATORIOS NA JUSTIÇA DO TRABALHO In: TEMAS CONTEMPORÂNEOS DO DIREITO: contribuições acadêmicas femininas em coautoria com o Professor Sergio Torres Teixeira, (em coautoria com M.A. Pessoa), ed.1. Recife/PE: Editora Publius, 2026, v.1, p. 301 - 336.

9.3.84 INFLUENCIADORES MIRINS E A RESPONSABILIDADE DAS MARCAS E DA SOCIEDADE CIVIL In: TEMAS CONTEMPORÂNEOS DO DIREITO: contribuições acadêmicas femininas em coautoria com o Professor Sergio Torres Teixeira, (em coautoria com Letícia Neves), ed.1. Recife/PE: Editora Publius, 2026, v.1, p. 549 - 603.

9.3.85 MAPA DO ABSENTEÍSMO NO TRT6: UMA ANÁLISE EMPÍRICA SOBRE ADOECIMENTO LABORAL E O PAPEL DOS LABORATÓRIOS DE INOVAÇÃO NA PROMOÇÃO DO CUIDADO In: INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA JUSTIÇA DO TRABALHO, (em coautoria com Paulo Roberto Cerqueira) ed.1. Recife/PE: Editora Publius, 2026, v.1, p. 279 - 298.

9.3.86 MECANISMOS DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO: A ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO EM PERNAMBUCO In: TEMAS CONTEMPORÂNEOS DO DIREITO: contribuições acadêmicas femininas em coautoria com o Professor Sergio Torres Teixeira, (em coautoria com Tayná Vasconcelos), ed.1. Recife/PE: Editora Publius, 2026, v.1, p. 425 - 463.

9.3.87 NOVAS TECNOLOGIAS E DIREITO: UMA ANÁLISE DO ACESSO À JUSTIÇA NA ERA DIGITAL In: TEMAS CONTEMPORÂNEOS DO DIREITO: contribuições acadêmicas femininas em coautoria com o Professor Sergio Torres Teixeira, (em coautoria com Pâmella Parisi e Beatriz Orengo). ed.1. Recife/PE: Editora Publius, 2026, v.1, p. 149 - 170.

9.3.88 O TRABALHO EM PLATAFORMAS DIGITAIS NO BRASIL E NA ESPANHA: AVANÇOS E RISCOS In: TEMAS CONTEMPORÂNEOS DO DIREITO: contribuições acadêmicas femininas em coautoria com o Professor Sergio Torres Teixeira, (em coautoria com Flora Costa) ed.1. Recife/PE: Editora Publius, 2026, v.1, p. 605 - 623.

9.3.89 O TRABALHO EM PLATAFORMAS DIGITAIS NO BRASIL E NA ESPANHA: avanços e riscos In: Estudos Comparados sobre o Direito do Trabalho na Era Digital, (em coautoria com Flora Costa), ed.1. Brasília/DF: ENAMAT, 2026, v.18, p. 211 - 228.

9.3.90 PLANOS DE SAÚDE FALSOS COLETIVOS: A PROBLEMÁTICA DOS PLANOS DE SAÚDE FAMILIARES CONTRATADOS COMO EMPRESARIAIS In: TEMAS CONTEMPORÂNEOS DO DIREITO: contribuições acadêmicas femininas em coautoria com o Professor Sergio Torres Teixeira, (em coautoria com Maria Gabriela Freitas), ed.1. Recife/PE: Editora Publius, 2026, v.1, p. 625 - 673.

9.3.91 PROVAS DIGITAIS POR GEOLOCALIZAÇÃO E SUA ADMISSIBILIDADE NO PROCESSO DO TRABALHO In: TEMAS CONTEMPORÂNEOS DO DIREITO: contribuições acadêmicas femininas em coautoria com o Professor Sergio Torres Teixeira, (em coautoria com Priscila Costa) ed.1. Recife/PE: Editora Publius, 2026, v.1, p. 257 - 299.

9.3.92 REFLEXÕES CRÍTICAS SOBRE O PUNITIVISMO E AS POLÍTICAS DE CONTROLE DA LEI MARIA DA PENHA In: TEMAS CONTEMPORÂNEOS DO DIREITO: contribuições acadêmicas femininas em coautoria com o Professor Sergio Torres Teixeira, (EM CO-AUTORIA COM Débora Ferreira), ed.1. Recife/PE: Editora Publius, 2026, v.1, p. 505 - 529.

9.3.93 TRABALHO DA MULHER E ESPAÇO FEMININO NO AMBIENTE LABORAL: análise crítica da desigualdade entre gêneros e seus efeitos nas relações de trabalho In: TEMAS CONTEMPORÂNEOS DO DIREITO: contribuições acadêmicas femininas em coautoria com o Professor Sergio Torres Teixeira, (em coautoria com Fernanda Andrade), ed.1. Recife/PE: Editora Publius, 2026, v.1, p. 387 - 423.

9.3.94 TRABALHO HUMANO, INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E DISCRIMINAÇÃO NA ERA DIGITAL: caminhos para a criação de um padrão ético para as relações laborais diante dos avanços tecnológicos In: Estudos Comparados sobre o Direito do Trabalho na Era Digital, (em coautoria com Alexandre Pimentel e Camila Pugliesi), ed.1. Brasília/DF: ENAMAT, 2026, v.18, p. 337 - 366.

9.3.95 UM LEITO E TREZENTAS VIDAS: O PROTAGONISMO DO JUDICIÁRIO E A INCONSISTÊNCIA DA JURISPRUDÊNCIA In: TEMAS CONTEMPORÂNEOS DO DIREITO: contribuições acadêmicas femininas em coautoria com o Professor Sergio Torres Teixeira, (em coautoria com Mayara Walmsley), ed.1. Recife/PE: Editora Publius, 2026, v.1, p. 365 - 386.

9.4 Artigos Doutrinários Publicados:

9.4.1 Admissibilidade da Reintegração Provisória à luz das Novas Alterações no CPC. São Paulo: REVISTA LTR, edição de fevereiro de 1996.

9.4.2 Repercussões das Inovações Tecnológicas sobre os Elementos Estruturais do Vínculo Empregatício. São Paulo: REVISTA LTR, edição de outubro de 1996.

9.4.3 Novas Formas de Proteção à Relação de Emprego. Fortaleza: REVISTA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO DO TRABALHO DA UNIVERSIDADE DE FORTALEZA, edição de dezembro de 1996.

9.4.4 Evolução no Modelo Brasileiro de Proteção à Relação de Emprego. Recife: REVISTA DA AMATRA VI, n. 01, Abril de 1997.

9.4.5 Efetividade Social do Processo Trabalhista. Recife: REVISTA DO TRT DA 6ª REGIÃO, vol. 10, n. 25, edição de Agosto de 1998.

9.4.6 A Atividade Judicante do Magistrado numa Perspectiva Sócio-Jurídica. Recife: REVISTA DA AMATRA VI, n. 06, Janeiro de 1999.

9.4.7 A Atividade Criadora do Juiz. Recife: REVISTA DA ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DE PERNAMBUCO - ESMape, vol. 03, 1999.

9.4.8 Assédio Sexual no Ambiente de Trabalho: competência da justiça do trabalho para o julgamento de ação indenizatória. Recife: REVISTA DA ESMape, vol. 06, 2001.

9.4.9 Novos Contornos da Sentença Mandamental. Porto Alegre: REVISTA MAGISTER DE DIREITO TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIO. , vol. 01, 2004.

9.4.10 Medidas de Controle ao Exercício do Direito de Despedir. Recife: REVISTA DO TRT DA 6A REGIÃO. , vol. 15, 2004.

9.4.11 Inovações Estruturais na Concretização da Tutela Jurisdicional. REVISTA DA AMATRA VI, 2004.

9.4.12 Reintegração no Emprego e Readmissão do Empregado: Conceitos e Distinções. Recife: REVISTA DO TRT DA 6A REGIÃO, vol. 16, 2005.

9.4.13 Enquadramento da Tutela Jurisdicional Reintegratória. Recife: REVISTA DA AMATRA VI. , vol. 23, 2005.

9.4.14 Decretação da Nulidade da Dispensa e Restabelecimento do Vínculo de Emprego pela Via Judicial: Reintegração ou Readmissão? Porto Alegre: REVISTA MAGISTER DE DIREITO TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIO. , vol. 01, 2005.

9.4.15 Nulidade do Ato de Dispensa e suas Conseqüências Materiais. Belém: REVISTA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8A REGIÃO. , vol. 39, 2006.

9.4.16 Efetividade do Processo e Tutela Jurisdicional Reintegratória: a antecipação de tutela como única via processual apta a proporcionar o adiantamento dos efeitos da reintegração no emprego antes da prolação da sentença reintegratória. Recife: REVISTA DA AMATRA VI, Ano IX, 2006.

9.4.17 Instrumentalidade do Modelo Processual Trabalhista e Obstáculos à sua Plena Efetividade. Recife: REVISTA DO TRT DA 6A REGIÃO, vol. 17, 2007.

9.4.18 Instrumentalidade do Modelo Processual Trabalhista e Efetividade da Tutela Jurisdicional Reintegratória: concretização do direito de acesso à justiça e a reintegração no emprego. ÂMBITO JURÍDICO, Abril, 2008.

9.4.19 Concretização da Tutela Jurisdicional e Reintegração no Emprego. Recife: REVISTA DO TRT 6A REGIÃO, vol. 18, 2008.

9.4.20 Tutela Jurisdicional e Reintegração no Emprego. REVISTA DA ESMAT 13 - ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA TRABALHISTA DA PARAÍBA, vol. 02, 2009.

9.4.21 Superando os Empecilhos à Efetividade do Modelo Processual Trabalhista Contemporâneo. Porto Alegre: Revista Magister de Direito Trabalhista e Previdenciário, vol. 31, 2009.

9.4.22 Os Princípios do Direito do Trabalho diante da Flexibilidade Laboral. (em co-autoria com Fábio Túlio Barroso). Brasília: REVISTA DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO, vol. 75, 2009.

9.4.23 Mito, Utopia e Realidade. ÂMBITO JURÍDICO, vol. 04/2009, 2009.

9.4.24 Distinções Conceituais entre: direito subjetivo, facultas agendi, pretensão, tutela jurisdicional E AÇÃO. (EM CO-AUTORIA COM ALEXANDRE FREIRE PIMENTEL) ÂMBITO Jurídico, vol. 09/2009, 2009.

9.4.25 A Tutela Mandamental como Instrumento de Acesso à Justiça. Em co-autoria com Maria Rita Dias Ramalho e Raiana Barros Mendonça Salsa). Recife: REVISTA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6A REGIÃO, vol. 19, 2009.

9.4.26 Imperatividade das Normas Legais Trabalhistas e o Princípio da Continuidade da Relação de Emprego: formas de manifestação do postulado no ordenamento jurídico brasileiro. Recife: REVISTA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6A REGIÃO, vol. 20, 2010.

9.4.27 Acesso à Justiça e Tutela Jurisdicional Reintegratória. Recife: REVISTA DA ESMAPE, vol. 15, 2010.

9.4.28 Peculiaridades e Traços Distintivos entre os Institutos da Reintegração no Emprego e da Readmissão do Empregado. Brasília: SDI: JURISPRUDÊNCIA UNIFORMIZADORA DO TST, vol. 14, 2011.

9.4.29 Acesso à Justiça e Reintegração no Emprego: a tutela jurisdicional reintegratória como tutela específica. São Paulo: CARTA FORENSE, vol. 97, 2011.

9.4.30 Acesso à Justiça e Proteção à Relação de Emprego: a “esquecida” Lei n.

9.029/95 e a vedação à despedida discriminatória. REVISTA MAGISTER DE DIREITO DO TRABALHO. Porto Alegre: Editora Magister, vol. 43, 2011.

9.4.31 A Lei 9.029/95 e o combate à dispensa discriminatória. Âmbito Jurídico, vol. 04/12, 2012.

9.4.32 Terceirização em Serviço de Call Center. REVISTA DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO, v.80, p.172 - 207, 2014.

9.4.33 Terceirização de Serviços Especializados Ligados à Atividade-Meio do Tomador: parâmetros para a classificação do trabalho terceirizado dentro do contexto do lícito e do socialmente aceitável. REVISTA DE DIREITO DO TRABALHO. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais. v.159, p.125 - 147, 2014.

9.4.34 Pressupostos de Concessão das Tutelas Preventivas do Meio Ambiente de Trabalho. REVISTA DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO., v.80, p.106 - 117, 2014.

9.4.35 Pressupostos de Concessão das Tutelas Preventivas do Meio Ambiente de Trabalho. REVISTA DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO., v.80, p.106 - 117, 2014.

9.4.36 Características da Dispensa de Empregado no âmbito da Relação de Emprego: espécies e subespécies da despedida. ARGUMENTUM REVISTA CIENTÍFICA., v.14, p.315 - 354, 2014.

9.4.37 Terceirização no Âmbito da Administração Pública e a Demonstração da Culpa in Eligendo ou In Vigilando do Tomador dos Serviços pelo Inadimplemento das Obrigações Trabalhistas. REVISTA MAGISTER DE DIREITO DO TRABALHO. Porto Alegre: Editora Magister, v.66, p.41 - 61, 2015.

9.4.38 Julgamento Antecipado e Sentenças Parciais. REVISTA FÓRUM TRABALHISTA - RFT. Ano 5, 22, p.125 - 160, 2016.

9.4.39 Tutela Executiva e Prestações de Fazer e de Não Fazer: impactos do CPC de 2015 sobre o modelo processual do trabalho. REVISTA DA ACADEMIA BRASILEIRA DE DIREITO DO TRABALHO. , v.22, p.41 - 56, 2017.

9.4.40 Vias Alternativas à Jurisdição Contenciosa da Justiça do Trabalho: superando mitos e apontando caminhos na defesa da mediação e da arbitragem como fórmulas extraestatais de composição de conflitos individuais trabalhistas à luz da Lei 13.467 de 2017. REVISTA DE DIREITO ECONÔMICO E SOCIOAMBIENTAL. , v.8, p.155 - 197, 2017.

9.4.41 Vias Alternativas à Jurisdição Contenciosa da Justiça do Trabalho. REVISTA DE DIREITO DO TRABALHO (SÃO PAULO). v.187, p.51 - 90, 2018.

9.4.42 Técnicas da Tutela Específica de Prestações de Fazer e de Não Fazer no Âmbito do Processo do Trabalho. TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 6. REGIÃO. REVISTA. v.44, p.1 - 121, 2018.

9.4.43 Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica à Luz da Lei 13.467 de 2017. CADERNOS DE GRADUAÇÃO - CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS (UNIT). v.4, p.73 - 94, 2018.

9.4.44 Comparativo entre as Leis que Regem a Contribuição Sindical: o que muda com a Reforma Trabalhista?. (em coautoria com Antônio Nascimento) CADERNOS DE GRADUAÇÃO - CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS (UNIT). v.4, p.61 - 72, 2018.

9.4.45 Tutela Provisória da Evidência e sua Aplicabilidade Prática. (em coautoria com Virgínia Colares e Danilo Melo) REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA. v.56, p.195 - 222, 2019.

9.4.46 Teletrabalho e Reforma Trabalhista: uma reflexão sobre os direitos e obrigações dos sujeitos da relação de emprego e suas repercussões processuais. (em coautoria com Gelba Serpa) REVISTA DIREITO DAS RELAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS. v.5, p.11 - 193, 2019.

9.4.47 Repercussões da Multiparentalidade no Direito Previdenciário: uma análise a partir da decisão do Supremo Tribunal Federal no RE 898.060/SC. (em coautoria com Rodrigo Araújo) REVISTA BRASILEIRA DE DIREITO PREVIDENCIÁRIO. v. IX, p.59 - 80, 2019.

9.4.48 Meios Adequados de Solução de Conflitos Trabalhistas e a Prevalência da Vontade dos Sujeitos da Relação de Emprego: compreendendo a dicotomia entre indisponibilidade absoluta e indisponibilidade relativa de direitos trabalhistas. (em coautoria com Delmiro Cabral) DIREITO E JUSTIÇA: REFLEXÕES SOCIOJURÍDICAS. v.19, p.71 - 95, 2019.

9.4.49 Estabilização da Tutela Provisória de Urgência Antecipada Antecedente em face da Fazenda Pública: a inspiração do référé francês e a (im)possibilidade da adoção de um microssistema de tutela monitoria no CPC/2015 como parâmetro interpretativo. (em coautoria com Rodrigo Araújo) REVISTA DE PROCESSO. v.294, p.197 - 223, 2019.

9.4.50 Decisão Judicial e Legitimidade: o Dever de Fundamentação Material das Decisões como Fator de Legitimação do Poder Judiciário. (em coautoria com Breno Duarte e João Paulo Teixeira) REVISTA MAGISTER DE DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. v.Ano XVI, p.80 - 98, 2019.

9.4.51 Concessão Liminar da Tutela da Evidência em Mandado de Segurança em matéria Tributária. (em coautoria com Enéas César Douetts Alves) REVISTA DO DIREITO PÚBLICO (LONDRINA). v.15, p.177, 2020.

9.4.52 Verdade Científica ou Procedimental: os impactos da utilização da prova científica no direito processual civil. (em coautoria com Rafael Luna e José Mario Gomes Neto) REVISTA DE PROCESSO. v.318, p.121 - 148, 2021.

9.4.53 Research Group Transformation of Work: challenges to labour law. REVISTA ACADÊMICA. v.93, p.233, 2021.

9.4.54 Gravidez Durante a Pandemia e a Coexistência de Medidas Normativas para as Gestantes. (em coautoria com E.G. Barbosa) REVISTA MAGISTER DE DIREITO DO TRABALHO. v.104, p.58 - 77, 2021.

9.4.55 Drogas Ilícitas e Contrato de Trabalho. (em coautoria com Cássia Barata e Jaqueline Maranhão) Revista LTr. Legislação do Trabalho. v.85, p.603 - 610, 2021.

9.4.56 Dignidad humana y derechos sociales en la pandemia: obligaciones prestacionales del Estado y prohibición de la protección insuficiente. (em coautoria com Amanda Alencar e Jasiel Ivo) OPINIÓN JURÍDICA. v.43, p.95 - 112, 2021.

9.4.57 Consensualidade e Segurança Jurídica: análise crítica do processo de jurisdição voluntária para homologação de acordo extrajudicial enquanto fórmula de solução de conflitos trabalhistas adequado a proporcionar a prevalência da consensualidade com máxima segurança. REVISTA MAGISTER DE DIREITO DO TRABALHO. v.100, p.52 - 71, 2021.

9.4.58 Considerações sobre a Natureza Jurídica da Mediação Extrajudicial de Conflitos. (em coautoria com Luís Daniel Lima) Revista eletrônica de direito processual. v.22, p.545, 2021.

9.4.59 Acesso à Justiça e Fatores Metaprocessuais na Tomada de Decisão Judicial. (Rogério Abreu) REVISTA DE PROCESSO. v.319/2021, p.85 - 104, 2021.

9.4.60 Acesso à Justiça e Cidadania: de como os meios consensuais de solução e prevenção de conflitos podem fortalecer a cidadania e restaurar os laços comunitários. (em coautoria com Jasiel Ivo) REVISTA DA FACULDADE DE DIREITO DA UFG. v.45, 2021.

9.4.61 A Justiça das Decisões como Critério de Aferição da Efetividade Processual. (em coautoria com Jocy de Vasconcelos Alves Neto e Ranieri da Silva Júnior) BRAZILIAN JOURNAL OF DEVELOPMENT. v.7, p.118986 - 119003, 2021.

9.4.62 A COVID-19 e os Impactos nas Relações de Trabalho. (em coautoria com Jasiel Ivo) REVISTA LTR. Legislação do Trabalho. v.85, p.352 - 359, 2021.

9.4.63 . A Aplicação das Medidas Coercitivas do Art. 139, IV, do CPC ao Direito Processual do Trabalho. (em coautoria com Bem-Hur Claus, Adriana Kunrath e Eduardo Batista Vargas) REVISTA LTR. Legislação do Trabalho. v.85, p.1206, 2021.

9.4.64 Tutelas de Urgência na Área da Saúde em Tempos de da Pandemia de COVID-19. (em coautoria com José Márcio Silva) REVISTA JURÍDICA CESUMAR: MESTRADO (ONLINE). v.22, p.10808, 2022.

9.4.65 O Trabalho em Plataformas Digitais no Brasil e na Espanha: Avanços e Riscos. (em coautoria com Flora Oliveira) REVISTA MAGISTER DE DIREITO DO TRABALHO. v.106, p.32 - 47, 2022.

9.4.66 O Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas na Justiça do Trabalho. (em coautoria com Carolina Tupinambá) REVISTA DO TRIBUNAL DO TRABALHO DA SEGUNDA REGIÃO. v.14, p.50 - 75, 2022.

9.4.67 Novas Tecnologias e Direito: uma análise do acesso à justiça na era digital. (em coautoria com Pâmella Parisi e Beatriz Orengo) Revista eletrônica de direito processual. v.23, p.1239 - 1260, 2022.

9.4.68 A Mulher Negra e o Acesso à Justiça: uma análise das leis eficazes em garantir seus direitos. (em coautoria com Kilza Cavalcanti) DIREITO, PROCESSO E CIDADANIA. v.1, p.222 - 251, 2022.

9.4.69 Mediação na Justiça do Trabalho: análise do CEJUSC da Justiça do Trabalho na cidade do Recife. (em coautoria com Letícia Mesquita) REVISTA DE DIREITO DO TRABALHO (SÃO PAULO). v.225, p.127 - 146, 2022.

9.4.70 Dignidade humana e direitos sociais na pandemia: deveres prestacionais do Estado e proibição da proteção insuficiente. (em coautoria com Jasiel Ivo e Amanda Alencar) SCIENTIA IURIS (UEL). v.26, p.153 - 168, 2022.

9.4.71 Audiências virtuais de conciliação: solução no período pandêmico. (em coautoria com Dayse Micheline Lopes Pimentel, Luiz Filipe Alves e Martorelli Dantas da Silva) REVISTA BRASILEIRA DE GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE. v.9, p.915 - 931, 2022.

9.4.72 A Remessa Necessária dos Processos da Fazenda Pública e os Princípios da Segurança Jurídica e da Confiança. (em coautoria com Denise Santos de melo e Bruno Amorim Batista) BRAZILIAN JOURNAL OF DEVELOPMENT. v.8, p.7691 - 7712, 2022.

9.4.73 A Hermenêutica do Conflito sobre a Ótica do Mediador. (em coautoria com Patrícia Freire Rabelo e Julienne Diniz Antão) PENSAMENTO JURÍDICO. v.16, p.251 - 273, 2022.

9.4.74 Usucapião Extrajudicial no Código de Processo Civil de 2015: em que medida a fazenda pública pode se valer da usucapião extrajudicial para obter o domínio de um bem imóvel? (em coautoria com Domingos Gustavo Albuquerque) REVISTA ELETRÔNICA DE DIREITO PROCESSUAL. v.24, p.497 - 524, 2023.

9.4.75 Um leito e trezentas vidas: o protagonismo do Judiciário e a inconsistência da jurisprudência no Estado de Pernambuco. (em coautoria com Mayara Schwambach Walmsley) JUS SCRIPTUM. v.8, p.148 - 176, 2023.

9.4.76 Trabalho da Mulher e Espaço Feminino no Ambiente Laboral: análise crítica da desigualdade entre gêneros e seus efeitos nas relações de trabalho. (em coautoria com Fernanda Andrade) REVISTA TRABALHO, DIREITO E JUSTIÇA. v.1, p.184 - 201, 2023.

9.4.77 Os Paradoxos da Tecnologia Impulsionados pelo Capitalismo de Plataforma: os Casos de Discriminação por Sexo, Raça e Classe Social. (em coautoria com Paulo Roberto Gonçalves Cerqueira e Flora Oliveira) REVISTA MAGISTER DE DIREITO DO TRABALHO. v.114, p.5 - 25, 2023.

9.4.78 O Trabalho em Plataformas Digitais no Brasil e na Espanha: avanços e riscos. (em coautoria com Flora Oliveira) REVISTA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO. v.42, p.253 - 268, 2023.

9.4.79 O Direito dos Esportes Eletrônicos no Brasil e seus Dilemas Jurídico-Trabalhistas: a nova lei geral dos esportes e a regulamentação dos e-sports e de seus atletas profissionais. (em coautoria com Júlia Ferreira) REVISTA MAGISTER DE DIREITO DO TRABALHO. v.117, p.84 - 120, 2023.

9.4.80 . Introdução de um sistema de precedentes judiciais no Brasil: stare decisis brasiliensis. (em coautoria com Fábio Gabriel Breitenbach e Lorena Guedes Braga D´Almeida) GLOBAL DIALOGUE. v.6, p.1 - 25, 2023.

9.4.81 Direito e Esportes Eletrônicos: a insuficiência jurídica no âmbito digital e impactos nas atividades dele advindas. REVISTA LTR. Legislação do Trabalho. v.87, p.71 - 83, 2023.

9.4.82 Da mulher trabalhadora a mulher maravilha: interfaces reflexivas da negação dos direitos trabalhista na pandemia. (em coautoria com D.V.L. Leite) JUS SCRIP-TUM ´S INTERNATIONAL JOURNAL OF LAW - <https://doi.org/10.29327.238407.8.1-6>. v.8, p.131 - 169, 2023.

9.4.83 Cargas probatórias dinâmicas: análise comparativa dos sistemas brasileiro e argentino de distribuição do ônus da prova. (em coautoria com Breno Duarte) REVISTA BRASILEIRA DE DIREITO PROCESSUAL - RBDPRO. v.2, p.1 - 27, 2023.

9.4.84 Ativismo Judicial e Direitos LGBTQI+ no Direito do Trabalho: como o ativismo judicial vem auxiliando na concretização dos direitos do movimento LGBTQI+ no mercado de trabalho? (em coautoria com Domingos Gustavo Albuquerque) REVISTA DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO. v.89, p.239 - 260, 2023.

9.4.85 Access to Education as One of the Manifestations of Access to Justice in its Dimension of Social Inclusion. (em coautoria com R.E.S. Silva) REVISTA JURÍDICA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO. v.15, p.343 - 353, 2023.

9.4.86 A Mitigação da Presunção de Inocência na Decisão Monocrática do Presidente do Supremo Tribunal Federal na AP 969/DF à Luz da Teoria Geral do Processo Penal. (em coautoria com Lucas Gondim) DIREITOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS. v.11, p.193 - 214, 2023.

9.4.87 A Autorização da Jornada Extraordinária em Ambiente Insalubre Sem Licença Prévia da Autoridade Competente: uma análise acerca dos impactos da flexibilização do artigo 60 da CLT no meio ambiente do trabalho. (em coautoria com Isabella Silva) REVISTA LTR. Legislação do Trabalho. v.87, p.1243 - 1259, 2023.

9.4.88 Visual Law como instrumento de acesso à justiça. (em coautoria com Bruno Rabelo dos Santos) DIREITO, PROCESSO E CIDADANIA. v.3, p.79 - 95, 2024.

9.4.89 Provas Digitais por Geolocalização e sua Admissibilidade no Processo do Trabalho. (em coautoria com Priscila Costa) REVISTA MAGISTER DE DIREITO DO TRABALHO. v.119, p.23 - 51, 2024.

9.4.90 Planos de Saúde Falsos Coletivos: a Problemática dos Planos de Saúde Familiares Contratados como Empresariais. (em coautoria com Maria Gabriela Freitas) REVISTA BRASILEIRA DE DIREITO CONTRATUAL. v.VI, p.22 - 53, 2024.

9.4.91 Planos de Saúde Falsos Coletivos: a Problemática dos Planos de Saúde Familiares Contratados como Empresariais. (em coautoria com Maria Gabriela Freitas) REVISTA MAGISTER DE DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. v.XXI, p.49 - 80, 2024.

9.4.92 O Direito do Trabalho Mais Favorável: o resgate de um princípio sequestrado. (em coautoria com Augusto César Leite de Carvalho) Revista de Direito: Trabalho, Sociedade e Cidadania. v.16, 2024.

9.4.93 Mediação Pré-Processual em Conflitos Individuais Trabalhistas. REVISTA MAGISTER DE DIREITO DO TRABALHO. v.121, p.62 - 70, 2024.

9.4.94 Mecanismos de Combate ao Trabalho Escravo Contemporâneo: a atuação do Ministério Público do Trabalho em Pernambuco. (em coautoria com Tayná Vasconcelos) REVISTA LTR. Legislação do Trabalho. v.88, p.543 - 556, 2024.

9.4.95 Inovar É Preciso!: a delimitação adequada do papel do estado no processo de inovação sob as perspectivas nacional e global. (em coautoria com Milton Pereira de França neto) REVISTA DE DIREITO, INOVAÇÃO, PROPRIEDADE INTELECTUAL E CONCORRÊNCIA. v.9, p.1 - 22, 2024.

9.4.96 Incidente de Assunção de Competência e Formação Concentrada de Precedentes Obrigatórios na Justiça do Trabalho.(em coautoria com M.A. Pessoa) REVISTA DE DIREITO, TRABALHO E PROCESSO. v.49, p.39, 2024.

9.4.97 Flexibilizações Procedimentais e a Aplicabilidade do Art. 190 do CPC de 2015 na Justiça do Trabalho: a feitura de negócios jurídicos processuais atípicos trabalhistas. (em coautoria com Ana Carolina Santiago) REVISTA LTR. Legislação do Trabalho. v.88, p.1.071 - 1.082, 2024.

9.4.98 Efetividade das decisões na era digital: legitimidade passiva dos provedores de aplicação no combate à desinformação. (em coautoria com Haroldo Carneiro Leão Sobrinho) CONTRIBUCIONES A LAS CIENCIAS SOCIALES. v.17, p.4202 - 4226, 2024.

9.4.99 Do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas: análise empírica a partir do tribunal regional federal da 5ª região. (em coautoria com Mateus Novais) REVISTA JURÍDICA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO. v.16, p.481 - 510, 2024.

9.4.100 Direito ao Trabalho: uma análise hermenêutica da decisão sobre o recurso em Mandado de Segurança 60.766/Pl. (em coautoria com Virgínia Colares e Mirella Cavalcanti) REVISTA DE DIREITO DO TRABALHO (SÃO PAULO). v.235, p.55 - 66, 2024.

9.4.101 Critical reflections on punitivism and the control policies defined by Brazilian federal law number 11,340 of 2006 (the “Maria da Penha” law). (em coautoria com Débora Ferreira) FORENSIC RESEARCH & CRIMINOLOGY INTERNATIONAL JOURNAL. v.12, p.123 - 127, 2024.

9.4.102 Competência do Mandado de Segurança Contra Ato de Autoridade Federal. (em coautoria com Pedro Teixeira) REVISTA DA PROCURADORIA-GERAL DO BANCO CENTRAL. v.17, p.114 - 128, 2024.

9.4.103 Chegamos ao destino final?. (em coautoria com Letícia Barreto Domingues e Ana Elizabeth Sá Miranda) MOVIMENTOS SOCIAIS E DINÂMICAS ESPACIAIS. v.13, p.1 - 15, 2024.

9.4.104 Avanços e Desafios na Execução Trabalhista: o papel das inovações tecnológicas na efetividade dos direitos dos trabalhadores. (em coautoria com M.V. Silva) REVISTA LTR. Legislação do Trabalho. v.88, p.414 - 419, 2024.

9.4.105 Artificial Intelligence Approaches within the Brazilian Judiciary’s Contemporary Jurisdictional Model. (em coautoria com Juliana Souza Carvalho Casimiro) BEIJING LAW REVIEW. v.15, p.730 - 748, 2024.

9.4.106 Acesso à Justiça na Era do Processo Digital: Influência das Novas Tecnologias na Prestação Jurisdicional na Sociedade Contemporânea. (em coautoria com Camilla Montanha e Beatriz Rocha) REVISTA MAGISTER DE DIREITO DO TRABALHO. v.122, p.20 - 52, 2024.

9.4.107 Abordagens de Inteligência Artificial de Acordo com o Modelo Contemporâneo de Jurisdição Estatal Brasileiro. (em coautoria com Juliana Souza Carvalho Casimiro) REVISTA MAGISTER DE DIREITO DO TRABALHO. v.121, p.137 - 156, 2024.

9.4.108 A Razoável Duração do Processo e o Juízo 100% Digital. (em coautoria com Lívia Afonso de Albuquerque Costa) GLOBAL DIALOGUE. v.7, p.26 - 48, 2024.

9.4.109 A Razoável Duração do Processo e o Juízo 100% Digital. (em coautoria com Lívia Afonso de Albuquerque Costa) REVISTA JURÍDICA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO. v.16, p.383 - 412, 2024.

9.4.110 A Prova Digital com Geolocalização e a Comprovação da Jornada de Trabalho no Processo do Trabalho: Cabimento e Limitações. (em coautoria com José André Barbosa Pinto e Guilherme Melo) REVISTA MAGISTER DE DIREITO DO TRABALHO. v. XXI, p.12 - 37, 2024.

9.4.111 A Novação do Crédito Trabalhista como Empecilho para a Desconsideração da Personalidade Jurídica de Empresas em Recuperação Judicial. (em coautoria com J.E. Silva) REVISTA MAGISTER DE DIREITO DO TRABALHO. p.5 - 20, 2024.

9.4.112 A Aposentadoria e o Benefício de Prestação Continuada da Pessoa com Deficiência Diante do Autismo. (em coautoria com Rubenita Silva) REVISTA BRASILEIRA DE DIREITO PREVIDENCIÁRIO. v. XIV, p.56 - 71, 2024.

9.4.113 Primeiros Impactos do Julgamento do Caso Fazenda Brasil Verde no Âmbito do Poder Judiciário Brasileiro. (em coautoria com Reginaldo Rodrigues Barbosa Filho) REVISTA MAGISTER DE DIREITO DO TRABALHO. v.21, p.29 - 60, 2025.

9.4.114 Licença-maternidade em uniões homoafetivas: entre a proteção social e a omissão normativa. (em coautoria com Camila de Almeida Ferreira e Kíria de Almeida Miranda) CADERNO PEDAGÓGICO (LAJEADO. ONLINE). v.22, p.e18783 - 28, 2025.

9.4.115 Influenciadores Mirins e a Responsabilidade das Marcas e da Sociedade Civil. (em coautoria com Alexandre Pimentel e Letícia Neves) REVISTA DE DIREITO DO TRABALHO (SÃO PAULO). v.240, p.151 - 186, 2025.

9.4.116 Coisa Julgada sobre Questão em Favor de Terceiros? (em coautoria com Ivan P. da Rocha) REVISTA MAGISTER DE DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. v.22, p.7 - 30, 2025.

9.4.117 Aposentadoria Especial e o Meu INSS: Uma Questão de Transparência e Direito ao Acesso à Informação. (em coautoria com Adélcio Carvalho) Revista de Direito Prática Previdenciária. v.49, p.10 - 44, 2025.

9.4.118 An Introduction to the Introduction of a System of Judicial Precedents in the Brazil: Stare Decisis Brasiliensis. (em coautoria com Fábio Gabriel Breitenbach e Lorena Guedes Duarte) BEIJING LAW REVIEW. v.16, p.178 - 200, 2025.

9.4.119 Abuso do Direito de Ação e a Resolução nº 159 do CNJ. (em coautoria com Isabelle Reis) REVISTA MAGISTER DE DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. v.21, p.25 - 40, 2025.

9.4.120 A Tutela Provisória na Arbitragem, a Carta Arbitral e o Controle Judicial: o magistrado pode recusar-se a cumprir uma medida de tutela provisória solicitada por carta arbitral? (em coautoria com Gustavo Domingos Albuquerque) PRISMA JURÍDICO. v.24, p.e25682 - 19, 2025.

9.4.121 A Relação entre a Razoável Duração do Processo e as Decisões Liminares em Causas de Tutela à Saúde: importância das decisões proferidas de modo initio litis e inaudita altera parte para a efetivação do princípio processual da razoável duração do processo em demandas envolvendo o direito à saúde. (em coautoria com L.B. Barros) REVISTA ELETRÔNICA DE DIREITO PROCESSUAL. v.26, p.707 - 733, 2025.

9.4.122 Discriminação Algorítmica nas Relações de Trabalho. (em coautoria com Alexandre Freire Pimentel e Camila Crasto Pugliesi). REVISTA DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO. V. 91, n. 2, abril/junho, 2025.

9.4.123 Considerações e Desafios sobre Processo Estrutural: breves comentários sobre o julgamento da Reclamação nº 68.709 pelo STF (em coautoria com Roberto Paulino e Rayssa Havanna), REVISTA JURÍDICA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO. v.17, p.483 - 508, 2025.

9.4.124 Resolução nº 224/2024 do TST: valorização do modelo de precedentes vinculantes ou restrição da recorribilidade mediante uma filtragem recursal mais adequada? Ambas! (em coautoria com Felipe V. Medeiros) REVISTA DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO. V. 91, 2025.

10. Elementos de Atuação em Bancas Examinadoras de Concursos Públicos

10.1 Atuação em Bancas Examinadoras de Concursos Públicos para Ingresso na Magistratura:

10.1.1 Presidente da Banca Examinadora da 1ª Fase do IV Concurso Público para Ingresso na Magistratura do Trabalho de Alagoas, promovido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região (Alagoas), em 1999

10.1.2 Presidente da Banca Examinadora da 1ª Fase do V Concurso Público para Ingresso na Magistratura do Trabalho de Alagoas, promovido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região (Alagoas), em 2005

10.1.3 Membro Titular da Comissão Examinadora do XI Concurso Público para Provisão de Cargos de Juiz Federal Substituto da 5a. Região, promovido pelo Tribunal Regional Federal da 5a Região, participando das bancas de todas as fases do respectivo concurso, entre 2011 e 2012

10.1.4 Membro da Banca Examinadora da Prova Oral do IX Concurso Público para Ingresso na Magistratura do Trabalho do Piauí, promovido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 22a Região, em 2014

10.1.4 Membro da Banca Examinadora da Prova Discursiva do I Concurso Nacional da Magistratura do Trabalho, promovido pelo Tribunal Superior do Trabalho (substituído a pedido, por motivo de impedimento gerado pela inscrição de assessor do TRT6 no respectivo concurso), em 2017

10.2 Atuação em Bancas Examinadoras de Concursos Públicos para Cargos de Professor Adjunto da Faculdade de Direito do Recife/Universidade Federal de Pernambuco:

10.2.1 Membro Titular da Comissão Examinadora do Concurso Público de Provas e Títulos para Provisão de Cargo de Professor Adjunto de Direito do Trabalho da FDR/UFPE, em 2005

10.2.2 Membro Titular da Comissão Examinadora do Concurso Público de Provas e Títulos para Provisão de Cargo de Professor Adjunto de Direito Processual Civil da FDR/UFPE, em 2005

10.2.3 Membro Titular da Comissão Examinadora do Concurso Público de Provas e Títulos para Provisão de Cargo de Professor Adjunto de Direito Processual Civil da FDR/UFPE, em 2009

10.2.4 Membro Titular da Comissão Examinadora do Concurso Público de Provas e Títulos para Provisão de Cargo de Professor de Direito Privado, na Autarquia de Ensino Superior de Garanhuns – AESGA, em novembro de 2013

10.2.5 Membro Titular da Comissão Examinadora do Concurso Público de Provas e Títulos para Provisão de Cargo de Professor do Núcleo Básico, na Autarquia de Ensino Superior de Garanhuns – AESGA, em novembro de 2013

10.2.6 Membro Titular da Comissão Examinadora da Seleção Pública de Professor Substituto da Faculdade de Direito do Recife, da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, em março de 2015

10.2.7 Membro Titular da Comissão do Concurso Público de Provas e Títulos para Provisão de Cargo de Professor Assistente de Legislação Social e Direito do Trabalho, da Universidade Federal da Bahia – UFBA, em março de 2015

10.2.8 Membro Titular da Comissão Examinadora do Concurso Público para Contratação de Professor Substituto de Direito Processual Civil da FDR/UFPE, em 2018

11. Elementos de Atuação em Bancas Examinadoras de Títulos Acadêmicos

11.1 Atuação em Bancas Examinadoras de Trabalhos de Conclusão de Curso de Graduação: participação em mais de mil e setecentas bancas examinadoras de TCCs (monografias finais), desde 2001

11.2 Atuação em Bancas Examinadoras de Cursos de Pós-Graduação lato sensu em Direito: participação em mais de mil bancas examinadoras de monografias finais de Cursos de Especialização em Direito, desde 1999

11.3 Atuação em Bancas Examinadoras de Cursos de Mestrado em Direito: participação, como membro efetivo, em 235 (duzentas e trinta e cinco) bancas de avaliação de dissertações de mestrado, desde 2005

11.4 Atuação em Bancas Examinadoras de Cursos de Doutorado em Direito: participação, como membro efetivo, em 68 (sessenta e oito) bancas de avaliação de teses de doutorado, desde 2005

12. Elementos de Participação em Conselhos Editoriais de Publicações

12.1 Membro do Conselho Editorial da Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 6a Região, desde 2002

12.2 Membro do Conselho Editorial da Revista da Academia Brasileira de Direito do Trabalho, desde 2006

12.3 Membro do Conselho Editorial da Revista Magister de Direito do Trabalhista e Previdenciário, desde 2006

12.4 Membro do Conselho Editorial da Revista Acadêmica da Faculdade de Direito do Recife, desde 2007

12.5 Membro do Conselho Editorial da Revista da Escola Superior da Magistratura do Estado de Pernambuco - ESMAPE, desde 2010

12.6 Membro do Conselho Editorial da Editora da ESMATRA - Escola Superior da Magistratura do Trabalho, desde 2011

12.7 Membro do Conselho Editorial da Revista Fórum Trabalhista, desde 2012

12.8 Membro do Conselho Editorial Da Revista da Academia Pernambucana de Direito do trabalho, desde 2012

12.9 Membro do Conselho Editorial da Revista de Direito Público da Universidade Estadual de Londrina, desde 2014

12.10 Membro do Conselho Editorial da Revista de Direito da COSINTER, desde 2015

12.11 Membro do Conselho Editorial do Editorial Juruá, desde 2015

12.12 Membro do Conselho Editorial da Revista Direito das Relações Sociais e Trabalhistas, desde 2015

12.13 Membro do Conselho Editorial da International Journal of Law and Society, desde 2018

12.14 Membro do Conselho Editorial da Revista Trabalhista Direito e Processo da ANA-MATRA, desde 2025

13. Elementos de Participação em Academias Oficiais

13.1 Membro da Academia Brasileira de Direito do Trabalho - ANDT, eleito em 2008 para ocupar a cadeira de número 33

13.2 Membro da Academia Pernambucana de Direito do Trabalho, sendo membro fundador e ocupante da cadeira de número 02, atualmente exercendo a vice-presidência da academia

13.3 Membro do Instituto Pernambucano de Direito do Trabalho, desde 1995

13.4 Membro do Instituto Ítalo-Brasileiro de Direito do Trabalho, sendo membro fundador, desde 2001

13.5 Membro do Instituto Brasileiro de Direito Processual, desde 2011

13.6 Membro do Associação Brasileira de Direito Processual, desde 2016

13.7 Membro da Academia Luso-Brasileira de Ciências Jurídicas, sendo membro fundador, desde 2016

13.8 Membro da Academia Olindense de Direito, sendo membro fundador, desde 2017

13.9 Membro da Academia Brasileira de Meios Adequados de Solução de Conflitos, sendo membro fundador, desde 2018

13.10 Membro da Academia Pernambucana de Letras Jurídicas, desde 2021

13.11 Membro do Instituto Iberoamericano de Derecho Procesal, sendo membro fundador, desde 2023

14. Elementos de Participação em Diretorias da AMATRA 6

14.1 Atuação como Diretor Legislativo da AMATRA VI, no período de 1994 a 1996

14.2 Atuação como Tesoureiro da AMATRA VI, no período de 1996 a 1998

14.3 Atuação como Membro da Comissão Disciplinar e de Prerrogativas da AMATRA VI, de 1998 a 2000

14.4 Diretor da Escola Superior da Magistratura do Trabalho - ESMATRA, desde 2012

15. Elementos de Prêmios, Comendas e Homenagens Recebidas

15.1 Láurea Acadêmica: aluno laureado da turma de formandos da Universidade Católica de Pernambuco, com média final de 9,31, em junho de 1990

15.2 Aprovação com Distinção em Bancas Examinadoras:

15.2.1 Aprovado com distinção na defesa de dissertação de mestrado em direito, pela Universidade Federal de Pernambuco, em 1997

15.2.2 Aprovado com distinção na defesa de tese de doutorado em direito, pela Universidade Federal de Pernambuco, em 2004

15.3 Condecorações com Comendas e Medalhas de Mérito:

15.3.1 Medalha de Mérito Moacir Baracho, concedida pela Associação de Advogados Trabalhistas de Pernambuco - AATPE, em maio de 1993

15.3.2 Medalha Conselheiro João Alfredo Corrêa de Oliveira, concedida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 6a Região (Pernambuco), em maio de 2001

15.3.3 Comenda da Ordem do Mérito Jus et Labor, concedida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 8a Região (Pará), em agosto de 2001

15.3.4 Comenda da Ordem de Mérito Ministro Silvério Fernandes de Araújo Jorge - Grau Mérito Ouro, concedida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 19a Região (Alagoas), em junho de 2005

15.3.5 Medalha de Mérito Arnaldo Sussekind, concedida pela Academia Nacional de Direito do Trabalho, em setembro de 2008

15.3.6 Medalha Comemorativa do 30º Aniversário da fundação da Academia Nacional de Direito do Trabalho, em outubro de 2008

15.3.7 Comenda da Ordem Piauiense do Mérito Judiciário do Trabalho, no grau Grande Oficial, concedido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região (Piauí), em março de 2014

15.3.8 Medalha Juiz Eurico de Castro Alves Filho, concedido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, em maio de 2017

15.3.9 Comenda da Ordem do Mérito Judiciário, no grau de Grande-Oficial, concedido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (São Paulo), em junho de 2019

15.3.10 Comenda da Ordem Alencarina do Mérito Judiciário do Trabalho, no grau Grande-Oficial, concedido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região (Ceará), em dezembro de 2021

15.3.11 Comenda da Ordem Dom Bosco, no grau Grande-Oficial, concedido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região (Brasília), em setembro de 2022

15.4 Votos de Louvor concedidos pelo Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região (Pernambuco):

15.4.1 Voto de louvor pela aprovação, em 1º lugar, no concurso de provas e títulos para professor auxiliar da Faculdade de Direito do Recife da Universidade Federal de Pernambuco, em setembro de 1995

15.4.2 Voto de louvor pela aprovação, com distinção, da tese de doutorado pela Faculdade de Direito do Recife da Universidade Federal de Pernambuco, em março de 2004

15.5 Títulos de Paraninfo de Turmas de Formandos em Cursos de Graduação e Pós-Graduação em Direito:

15.5.1 Curso de Direito da Universidade Católica de Pernambuco, turma de formandos 1996.1

15.5.2 Curso de Direito da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pernambuco:

- a) turma de formandos 1999.2
- b) turma de formandos 2007.1
- c) turma de formandos 2008.1
- d) turma de formandos 2009.2
- e) turma de formandos 2010.1
- f) turma de formandos 2011.1
- g) turma de formandos 2011.2
- h) turma de formandos 2013.1
- i) turma de formandos 2014.2
- j) turma de formandos 2017.1
- k) turma de formandos 2023.1
- l) turma de formandos 2024.1
- m) turma de formandos 2025.1

15.5.3 Curso de Direito da Faculdade Boa Viagem, turma de formandos 2010.1

15.5.4 Curso de Direito da Faculdade Integrada do Recife, turma de formandos 2010.2

15.6 Títulos de Professor Homenageado de Turmas de Formandos em Cursos de Graduação e Pós-Graduação em Direito: mais de 100 (cem) homenagens de tal natureza



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO

OFÍCIO n° /2026

Recife/PE, 28 de maio de 2026.

A Sua Excelência o Senhor
Ministro **WELLINGTON CÉSAR LIMA E SILVA**
Ministério da Justiça e Segurança Pública
Brasília - DF

Assunto: **Indicação - Membro do Tribunal Superior do Trabalho.**

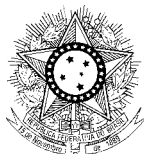
Excelentíssimo Senhor Ministro,

Tendo sido indicado para o cargo de Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, **para os efeitos do art. 383, inciso I, alínea b, item 1 e § 2º** do Regimento Interno do Senado Federal, com redação dada pela **Resolução n° 41, de 2013**, informo a V. Exª que **não possuo parentes** que exercem ou exerceram atividades, públicas ou privadas, vinculados à estrutura do Poder Judiciário.

Respeitosamente,

Documento assinado digitalmente
 **SERGIO TORRES TEIXEIRA**
Data: 29/05/2026 19:16:34-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Desembargador do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO

OFÍCIO nº /2026

Recife/PE, 28 de maio de 2026.

A Sua Excelência o Senhor
Ministro **WELLINGTON CÉSAR LIMA E SILVA**
Ministério da Justiça e Segurança Pública
Brasília - DF

Assunto: **Indicação - Membro do Tribunal Superior do Trabalho.**

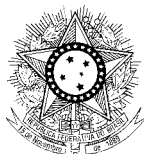
Excelentíssimo Senhor Ministro,

Tendo sido indicado para o cargo de Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, **para os efeitos do art. 383, inciso I, alínea b, item 2 e § 2º** do Regimento Interno do Senado Federal, com redação dada pela **Resolução nº 41, de 2013**, informo a V. Exª que **não ocupei**, em qualquer tempo, cargo ou atividade como sócio, proprietário ou gerente de empresas ou entidades não governamentais.

Respeitosamente,

Documento assinado digitalmente
gov.br SERGIO TORRES TEIXEIRA
Data: 29/05/2026 19:16:34-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Desembargador do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO

OFÍCIO nº /2026

Recife/PE, 28 de maio de 2026.

A Sua Excelência o Senhor
Ministro **WELLINGTON CÉSAR LIMA E SILVA**
Ministério da Justiça e Segurança Pública
Brasília - DF

Assunto: **Indicação - Membro do Tribunal Superior do Trabalho.**

Excelentíssimo Senhor Ministro,

Tendo sido indicado para o cargo de Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, **para os efeitos do art. 383, inciso I, alínea b, item 3 e § 3º** do Regimento Interno do Senado Federal, com redação dada pela **Resolução nº 41, de 2013**, do Senado Federal, informo a V. Ex^a a minha **regularidade fiscal**, no âmbito federal, estadual e municipal, **conforme documentação anexa.**

Respeitosamente,

Documento assinado digitalmente
gov.br **SERGIO TORRES TEIXEIRA**
Data: 29/05/2026 19:28:33-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Desembargador do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: SERGIO TORRES TEIXEIRA

CPF: 399 informações pessoais **-04**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão se refere à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 16:04:14 do dia 21/05/2026 <hora e data de Brasília>.

Válida até 17/11/2026.

Código de controle da certidão: **71C1.7554.0AC9.1235**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Documento assinado digitalmente

SERGIO TORRES TEIXEIRA

Data: 01/06/2026 21:34:30-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS FISCAIS

Número: **2026.000004411162-09**

Data de Emissão: **29/05/2026**

DADOS DO REQUERENTE

CPF: **399** informações pess - **04**

Certificamos, observadas as disposições da legislação vigente e de acordo com os registros existentes neste Órgão, que o requerente supra identificado não possui débitos em situação irregular inscritos na Dívida Ativa do Estado de Pernambuco. A referida identificação não pertence a contribuinte com inscrição ativa no Cadastro de Contribuintes do Estado de Pernambuco.

A presente certidão não compreende débitos cuja exigibilidade esteja suspensa, nem exclui o direito da Fazenda Pública Estadual, a qualquer tempo, cobrar valores a ela porventura devidos pelo referido requerente.

Esta Certidão é válida até **26/08/2026**, devendo ser confirmada a sua autenticidade através do serviço "ARE VIRTUAL" do Site www.sefaz.pe.gov.br.

OBS: Inválida para Licitação Pública. A certidão válida para Licitação Pública, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, é a Certidão de Regularidade Fiscal.

Documento assinado digitalmente
 **SERGIO TORRES TEIXEIRA**
Data: 01/06/2026 21:34:30-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>



Certidão Negativa Débitos Fiscais

1. Denominação Social/Nome

SERGIO TORRES TEIXEIRA

2. CMC

287.900-0

3. Endereço

informações pessoais
informações pessoais

4. CNPJ/CPF

399. informações pessoais -04

5. Atividade Econômica

9998-04-1 PROFESSOR NIVEL MEDIO

6. Descrição

Certifico, de acordo com a legislação em vigor e em conformidade com os registros cadastrais / fiscais, nesta data, que o contribuinte de que trata a presente certidão está regularizado com o erário municipal no que concerne aos lançamentos relativos aos tributos municipais.

7. Ressalva

* * * * *

8. Validade/Autenticidade

Esta certidão é válida por 60 (sessenta) dias a contar da data de sua expedição e sua autenticidade deverá ser confirmada na página <http://recifeemdia.recife.pe.gov.br/certidoes>

Certidão de regularidade perante a Fazenda Municipal em relação a débitos tributários em cobrança administrativa ou judicial. Supre o requisito do art. 68,III, da Lei Federal 14.133/2021.

A Prefeitura do Recife poderá cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado, que vierem a ser apuradas.

9. Código de Autenticidade

734.7317.0732

10. Expedida em

Recife, 29 de MAIO de 2026

11. Certidão emitida com base nos pagamentos registrados até

28 de MAIO de 2026



Documento assinado digitalmente

SERGIO TORRES TEIXEIRA

Data: 01/06/2026 21:39:02-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO

OFÍCIO nº /2026

Recife/PE, 28 de maio de 2026.

A Sua Excelência o Senhor
Ministro **WELLINGTON CÉSAR LIMA E SILVA**
Ministério da Justiça e Segurança Pública
Brasília - DF

Assunto: **Indicação - Membro do Tribunal Superior do Trabalho**

Excelentíssimo Senhor Ministro,

Tendo sido indicado para o cargo de Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, **para os efeitos do art. 383, inciso I, alínea b, item 4 e § 2º** do Regimento Interno do Senado Federal, com redação dada pela **Resolução nº 41, de 2013**, informo a V. Ex^a o seguinte:

- 1) a **inexistência** de ações judiciais em que figure como réu, em qualquer grau de jurisdição, bem como em procedimento administrativo-disciplinar;
- 2) a **existência** de duas ações judiciais em curso em que figura como autor:
 - a) Na Justiça Estadual de Pernambuco, Processo nº 0055591-36.2025.8.17.2001, relativo a ação judicial proposta contra a Sul América Companhia de Seguro Saúde, atualmente em fase cognitiva originária;



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Superior do Trabalho

b) Na Justiça Federal da
5ª Região, Processo nº
0005665-73.2025.4.05.8300, relativo a ação judicial
proposta contra a Universidade Federal de Pernambuco -
UFPE, com

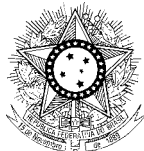
decisão transitada em julgada mas ainda em fase de
execução.

Respeitosamente,



Documento assinado digitalmente
SERGIO TORRES TEIXEIRA
Data: 29/05/2026 19:16:34-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Desembargador do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO

OFÍCIO nº /2026

Recife/PE, 28 de maio de 2026.

A Sua Excelência o Senhor
Ministro **WELLINGTON CÉSAR LIMA E SILVA**
Ministério da Justiça e Segurança Pública
Brasília - DF

Assunto: **Indicação - Membro do Tribunal Superior do Trabalho.**

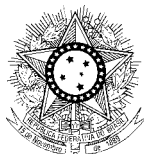
Excelentíssimo Senhor Ministro,

Tendo sido indicado para o cargo de Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, **para os efeitos do art. 383, inciso I, alínea b, item 5 e § 2º** do Regimento Interno do Senado Federal, bem como do **art. 1º, alínea b, item 5, da Resolução nº 41, de 2013**, do Senado Federal, informo a V. Ex^a que atuo como juiz do trabalho desde 17 de outubro de 1991, sendo que desde 16 de abril de 2013 ocupo o cargo de desembargador do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, tendo sido seu vice-presidente durante o biênio 2023-2025.

Respeitosamente,

Documento assinado digitalmente
 **SERGIO TORRES TEIXEIRA**
Data: 29/05/2026 19:16:33-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Desembargador do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO

OFÍCIO nº /2026

Recife/PE, 28 de maio de 2026.

A Sua Excelência o Senhor
Ministro **WELLINGTON CÉSAR LIMA E SILVA**
Ministério da Justiça e Segurança Pública
Brasília - DF

Assunto: **Indicação - Membro do Tribunal Superior do Trabalho.**

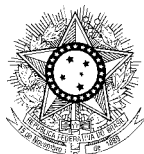
Excelentíssimo Senhor Ministro,

Tendo sido indicado para o cargo de Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, **para os efeitos do art. 383, inciso I, alínea b, item 5 e § 2º** do Regimento Interno do Senado Federal, bem como do **art. 1º, alínea b, item 5, da Resolução nº 41, de 2013**, do Senado Federal, informo a V. Ex^a que **não atuei**, nos últimos 5 anos, em conselhos de administração de empresas estatais ou em cargos de direção de agências reguladoras.

Respeitosamente,

Documento assinado digitalmente
gov.br SERGIO TORRES TEIXEIRA
Data: 29/05/2026 19:28:33-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Desembargador do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO

OFÍCIO nº /2026

Recife/PE, 28 de maio de 2026.

A Sua Excelência o Senhor
Ministro **WELLINGTON CÉSAR LIMA E SILVA**
Ministério da Justiça e Segurança Pública
Brasília - DF

Assunto: **Indicação - Membro do Tribunal Superior do Trabalho**

Excelentíssimo Senhor Ministro,

Tendo sido indicado para o cargo de Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, **para os efeitos do art. 383, inciso I, alínea c**, do Regimento Interno do Senado Federal, com redação dada pela **Resolução nº 41, de 2013**, encaminho argumentação escrita.

Respeitosamente,



Documento assinado digitalmente
SERGIO TORRES TEIXEIRA
Data: 29/05/2026 19:16:33-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Desembargador do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região

Uma Vida Dedicada à Justiça do Trabalho

Meu nome é Sergio Torres Teixeira e sou juiz do trabalho desde 17 de outubro de 1991, tendo alcançado o cargo de desembargador do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região (Pernambuco) no dia 16 de abril de 2013. Com quase 35 anos de magistratura trabalhista, fui honrado com a escolha para integrar a presente lista tríplice para o cargo de ministro do Tribunal Superior do Trabalho, sendo a 3ª vez que alcanço tal distinção.

Nascido em informações pessoais em 1967, morei com a família nos Estados Unidos no período de 1972 a 1980, retornando ao Brasil para cursar os últimos anos do 2º grau na minha cidade natal, onde também prossegui com meus estudos universitários. Concluí em 1990 o curso de graduação em Direito como laureado da minha turma na Universidade Católica de Pernambuco, instituição na qual também obtive o grau de especialista com cursos de Pós-Graduação lato sensu em Direito Público (1992) e em Direito do Trabalho (1993). Fiz o meu mestrado em Direito (1997) e o meu doutorado em Direito (2004) na Universidade Federal de Pernambuco, obtendo aprovações com distinção das correspondentes bancas examinadoras da dissertação e da tese. Desde o ingresso na magistratura, completei mais de 40 cursos de formação/aperfeiçoamento em escolas judiciais.

Acrescento à minha formação educacional incessante uma atuação no magistério superior, sendo professor da Universidade Católica de Pernambuco desde 1992, atualmente no cargo de professor titular, e, ainda, professor concursado da tradicional Faculdade de Direito do Recife, da Universidade Federal de Pernambuco, desde 1995, estando atualmente em processo de preparação do memorial para a titularidade. Tenho atuado em mais de 25 escolas judiciais, incluindo a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – ENFAM e a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho - ENAMAT.

No âmbito de carreiras jurídicas, exerci a profissão de advogado a partir de agosto de 1990 até a semana anterior à posse no cargo de juiz do trabalho substituto em 1991, diante do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (Minas Gerais). Apesar de aprovado em 1º lugar no concurso público de provas e títulos para ingresso na magistratura do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região (Brasília), não cheguei a tomar posse no respectivo tribunal. Por meio de permuta concretizada em janeiro de 1992, ingressei no quadro de juízes do trabalho do TRT6 em Pernambuco, do qual faço parte desde então.

Como magistrado do trabalho em Pernambuco, passei dois anos como juiz substituto e posteriormente assumi a presidência das então Juntas de Conciliação e Julgamento de Palmares (1993-1994), Cabo de Santo Agostinho (1994-1997) e Jaboatão dos Guararapes (1997-2013), sendo que este último juízo teve sua denominação alterada para Vara do Trabalho com a extinção da representação classista no ano de 2000. Durante os 22 anos nos quais atuei

como juiz de 1º grau, jamais atrasei a prolação de uma única sentença judicial, sendo tal fato registrado em certidão quando concorri à promoção para o 2º grau de jurisdição.

Fui promovido pelo critério de merecimento ao cargo de desembargador após constar em lista tríplice encaminhada à presidente Dilma Rousseff. No 2º grau de jurisdição, continuei a cumprir com zelo, celeridade e eficiência a função jurisdicional da Justiça do Trabalho, em plena harmonia com o ordenamento jurídico constitucional e infraconstitucional, bem como os tratados e as convenções internacionais das quais o Brasil é signatário. Inclusive, estando sempre entre os desembargadores de maior produtividade no âmbito do TRT6.

No âmbito do meu tribunal, integrei múltiplas comissões e órgãos administrativos, tendo ocupado o cargo de vice-presidente no biênio 2023-2025, quando consegui reduzir o prazo médio de tempo entre a chegada de um processo e a prolação da decisão, apesar do receber e atuar diante do maior quantitativo de recursos na história do TRT6. Ou seja, reduzindo prazos mesmo diante de aumento no número de processos. Além da eficiência, o desempenho no julgamento exercício em sede de juízo de admissibilidade recursal na vice-presidência produziu resultados qualitativos. Em termos de Agravo de Instrumento em Recurso de Revista, tive apenas 3,14% de meus julgamentos reformados (neste caso, quanto menor o índice, melhor a conformação da decisão com a jurisprudência do TST), percentual melhor que o índice nos TRTs de médio porte (4,77%) e nos TRTs de uma forma geral (4,97%). Por sua vez, houve não provimento/não conhecimento do Agravo de Instrumento em Recurso de Revista em 96,86% dos casos nos quais atuei no juízo de admissibilidade (neste caso, quanto maior o índice, melhor a conformação da decisão), percentual igualmente superior ao índice dos TRTs de médio porte e dos TRTs de uma forma geral.

Fui convocado para atuar no Tribunal Superior do Trabalho em 2021, tendo atuado na sua 2ª turma ao lado do presidente, ministro José Freire Pimenta, e da ministra Maria Helena Mallmann.

Desde de 2022, tenho integrado o Comitê Científico de Assessoramento à Pesquisa da ENAMAT e, desde 2025, tenho integrado o Grupo Decisório do Centro de Inteligência da Justiça do Trabalho. Igualmente devo mencionar a atuação na Comissão Especial da Verdade sobre a Escravidão Negra da OAB/PE (desde 2022) e em dois Grupos de Trabalho perante o Conselho Superior da Justiça – CNJ, sendo coordenador do GT para auxiliar a Comissão Permanente de Democratização e Aperfeiçoamento dos Serviços Judiciários (desde 2025) e integrante da equipe responsável pela Coordenação do Programa Nacional de Execução Efetiva, no âmbito da Corregedoria Nacional de Justiça (a partir do presente ano de 2026).

Jamais sofri, em minha carreira na magistratura, qualquer sindicância ou processo administrativo disciplinar. Tenho pautado minha atuação em princípios éticos sólidos, adquiridos na minha formação familiar, na dedicação a uma educação sólida e na convivência com magistrados e outras pessoas humanas

que concretizam os valores da centralidade humana, solidariedade, compaixão, humildade, honestidade, respeito, dedicação, espírito público e de inclusão social.

Sou católico de formação, com uma forte convicção no poder de Deus pelo que Ele representa na minha vida. Sempre respeitando, contudo, quem pensa diferente, inclusive quanto a todas as demais formas de manifestações religiosas. Na minha percepção, a formação religiosa deve nos guiar e ajudar a enxergar os “invisíveis”, os excluídos e os vulneráveis, com o escopo de amparar, proteger e integrar os mesmos a sociedade e a uma vida digna e decente.

Sou casado com a minha esposa Karin desde 1992, a quem dedico um amor indescritível. Temos três filhos hoje adultos, mas para mim sempre meninos, aos quais dirijo cada batida do meu coração: o Sergio Filho, o Matheus e o Arthur. Sou plenamente ciente da responsabilidade que é servir de exemplo e modelo a esses jovens que representam o meu legado à sociedade. Tenho ainda o privilégio de ter ambos os meus pais vivos, o José Airton e a Eliane. Aos dois, devo a minha vida e a minha base humanista. Minha família é o centro do meu universo e a minha alegria constante.

Tenha também a felicidade de continuar encantado com a minha profissão de magistrado, mesmo diante das dificuldades e desafios que a carreira enseja. Gosto muito do ofício judicante. Como juiz, procuro me dedicar integralmente à função de julgar com imparcialidade, aplicando correta e fielmente as normas do sistema jurídico brasileiro, sempre na busca pela solução mais justa e adequada dos conflitos submetidos à minha apreciação, tendo como fim maior a materialização da justiça e a pacificação social. Acredito na imprescindibilidade da Justiça do Trabalho e no seu relevante papel de servir à sociedade brasileira.

Neste contexto, com o resumo conciso da minha caminhada de vida e da minha carreira na magistratura, após a honra de ser eleito para integrar esta lista tríplice, apresento respeitosamente o meu nome e a minha pessoa à análise e consideração do Excelentíssimo Senhor Presidente Luís Inácio Lula da Silva para a indicação ao cargo de ministro do Tribunal Superior do Trabalho.

Recife, 29 de Maio de 2026

Documento assinado digitalmente
 **SERGIO TORRES TEIXEIRA**
Data: 30/05/2026 00:31:11-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>